

OBRAS DE MISERICÓRDIA

TEXTOS

RITA
VALADAS

MÁRIO
SÉRGIO
NUNO

TERESA
TITO
DE MORAIS

JORGE
REBELO
DE ALMEIDA

ADALBERTO
CAMPOS
FERNANDES

ZITA
SEABRA

D. AMÉRICO
AGUIAR

JAIME
NOGUEIRA
PINTO

EDUARDO
MARÇAL
GRILO

JOSÉ
MIGUEL
JÚDICE

MARIA
DO CÉU
MACHADO

JOSÉ
MANUEL
FERNANDES

GUILHERME
D'OLIVEIRA
MARTINS

LINO
MAIA



UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS
PORTUGUESAS

Índice

004 Prefácio

Obras de misericórdia corporais

- 006 Dar de comer a quem tem fome
Rita Valadas
Tempos de abundância e desperdício
- 012 Dar de beber a quem tem sede
Mário Sérgio Nuno
Conjunto enorme de práticas humanistas
- 018 Vestir os nus
Teresa Tito de Morais
Que o medo não nos impeça de acolher
- 024 Dar pousada aos peregrinos
Jorge Rebelo de Almeida
Inovar na procura da igualdade
- 050 Cuidar dos doentes
Adalberto Campos Fernandes
Fazer do tempo um aliado
- 056 Visitar os presos
Zita Seabra
Fui preso e vieste visitar-me
- 042 Enterrar os mortos
D. Américo Aguiar
A sacralidade do nosso corpo

090 Epílogo

Obras de misericórdia espirituais

- 048 Dar bons conselhos
Jaime Nogueira Pinto
Conviver de perto com o abismo do pecado
- 054 Ensinar os ignorantes
Eduardo Marçal Grilo
As Misericórdias e a educação
- 060 Corrigir os que erram
José Miguel Júdice
Mandamento de aceitação do outro
- 066 Consolar os tristes
Maria do Céu Machado
Ouvir e compreender o outro
- 072 Perdoar as injúrias
José Manuel Fernandes
O perdão: via e grafia da contemporaneidade
- 078 Suportar com paciência as fraquezas do próximo
Guilherme d'Oliveira Martins
Deveres de misericórdia
- 084 Rezar a Deus por vivos e defuntos
Lino Maia
Alternância entre solidão e solidariedade

PREFÁCIO

EM CADA TEMPO UM DESAFIO, MAS SEMPRE O MESMO IDEÁRIO



**MANUEL
DE LEMOS**

Presidente da UMP

A

As 14 obras de misericórdia enformam a ação das Santas Casas há séculos, sem nunca perder a pertinência ou a atualidade porque, seja qual for o tempo, compaixão e solidariedade são sempre oportunos e, sobretudo, necessários.

Separadas em dois blocos, corporais e espirituais, as obras de misericórdia representam um ideário programático que nos impele a agir e também a refletir sobre as carências que nos assolam a todos, individualmente ou enquanto comunidade.

Este conjunto normativo que rege a ação das Santas Casas exorta-nos a olhar para o outro, a colocarmo-nos no seu lugar, a sentir com o próximo as dificuldades da vida. De forma simples e, ao mesmo tempo, tão complexa e abrangente, as obras de misericórdia concretizam em ações o que a palavra misericórdia representa.

Miserere (ter compaixão) e *cordis* (coração). “Ter compaixão no coração” é o que nos ensina a palavra misericórdia. Um “coração compadecido” que encontra possibilidade de ação nas 14 obras.

E será provavelmente neste conjunto de mandamentos que reside a longevidade das Santas Casas de Misericórdia, cuja ação tem sido regida pelas obras corporais e espirituais ao longo de séculos. Em cada tempo um desafio, mas sempre o mesmo ideário.

A interpretação de cada uma delas depende do tempo que vivemos. ‘Dar de comer a quem tem fome’, por exemplo, encontra na atualidade uma possibilidade de ação completamente diferente daquela que acontecia há 500 anos. Da esmola caridosa saltámos para o forne-

cimento de bens alimentares para famílias em situação de privação.

‘Dar de beber a quem tem sede’ pode, à luz dos desafios contemporâneos, ser entendida como a urgência de cuidarmos do planeta para, desta forma, acautelarmos a nossa própria permanência. Não por acaso o Papa Francisco sugeriu, há alguns anos, uma 15.^a obra de misericórdia: ‘cuidar da natureza’ para defender a vida humana na sua totalidade.

‘Vestir os nus’ pode também ter uma interpretação mais alargada se considerarmos que na nossa sociedade ainda existem pessoas sem acesso a habitação digna, por motivos de pobreza ou mesmo de especulação imobiliária.

Ainda mais pertinente nos dias que correm, ‘dar pousada aos peregrinos’ representa hoje a hospitalidade de quem se disponibiliza para receber refugiados de diversas geografias, à procura de novos recomeços, em contexto de paz.

Em suma, o exercício das 14 obras de misericórdia não se esgota numa ação ou num tempo, mas obriga-nos a permanentemente procurar soluções para as carências mais diversas que nos afetam enquanto sociedade.

Somos impelidos, pois, a observar continuamente a comunidade para identificar aqueles que possam estar a precisar de algum tipo de apoio, seja de ordem material, através das obras corporais, ou comportamental, por via das obras espirituais.

E foi este o desafio que a UMP lançou a cada uma das pessoas que colaboraram com esta publicação: refletir sobre a atualidade das obras de misericórdia. Todos os textos revelam necessidades, provocam reflexão, indicam caminhos e soluções.

A todos o meu muito obrigado pela reflexão com que nos brindaram e que muito nos honra. Tenho a certeza de que as suas palavras vão inspirar novas leituras e interpretações a propósito das obras de misericórdia, cuja estrutura não se esgota em 14 ideias, mas num sem-fim de propostas de ação com vista à justiça e ao bem-estar social.

**DAR
DE COMER
A QUEM
TEM FOME**

TEXTO

RITA VALADAS

Nasceu em Lisboa, em 1963. Licenciou-se em Política Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e estudou em THINK School of Creative Leadership. É presidente da Cáritas Portuguesa e assessora na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). O seu percurso profissional foi exercido maioritariamente no âmbito da intervenção social na SCML, onde foi administradora executiva das áreas da ação social, do empreendedorismo e economia social e do voluntariado, mas também no Centro Distrital de Setúbal e como adjunta em vários gabinetes ministeriais com a área da intervenção social.





Paulo Buchinho

TEMPOS DE ABUNDÂNCIA E DESPÉRDÍCIO

“Produzimos comida suficiente para todas as pessoas, mas muitas ficam sem o pão de cada dia. Isso ‘constitui um verdadeiro escândalo’, um crime que viola direitos humanos básicos. Portanto, é um dever de todos extirpar esta injustiça através de ações concretas e boas práticas, e através de políticas locais e internacionais ousadas.”

Papa Francisco



Dar de comer a quem tem fome é uma das 14 obras de misericórdia, uma das sete corporais, que enquadram a missão das Misericórdias e o seu compromisso originário.

Ao tempo, em 1498, data da fundação da primeira Misericórdia, foram assumidas como orientação da “dita Confraria” as 14 obras de misericórdia que constituem o enquadramento da missão e da ação. Como bem refere o Pe. Vitor Melícias, em artigo publicado no Compromisso da Confraria da Misericórdia de Lisboa (1992), de título “As razões de um patrocínio”, espera-se que “(...), na letra de ontem, encontrem os homens de hoje a força do espírito que é de ontem, de hoje e de sempre: o da solidariedade”.

Regularmente tem-se “auditado” a oportunidade e a atualidade da sua referência, mas na realidade eu acredito que a “expressão” originária, com as adaptações próprias dos tempos e das conjunturas sociais, tem, de um modo geral, correspondência em documentos estratégicos mais recentes.

A formulação do século XV encontrou nas estratégias subsequentes a conexão com o espírito inovador e solidário de então, que sempre acompanhou a forma de as ler, enquadrando-as no seu tempo.

A ação das Misericórdias honra o compromisso inicial, mas é consequente com as vulnerabilidades de cada época. As Misericórdias sempre se souberam adaptar às conjunturas socioeconômicas de cada tempo, encontrando em cada dilema uma nova solução.

Por isto podemos encontrar novas leituras e novas soluções em cada uma das 14, em cada tempo e em cada momento. Sinal da oportunidade é, por exemplo, verificar que vamos encontrar a expressão “erradicar a fome” como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a atingir até 2030. Mais de 500 anos depois, “acabar com a fome” mantém-se como prioritário quando se luta pela vida e pelo bem-estar.

Parece óbvio que, apesar de claramente falarmos em ambos os casos da palavra “fome”, não estamos a falar da mesma narrativa. Se nas obras de misericórdia nos contemos às necessidades básicas, nos ODS o objetivo é mais complexo e determina a decisão de “erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”, referências que hoje enquadram esta vulnerabilidade. São preocupações de hoje que não se percecionavam no século XV ou foram assumidas na sequência da maior exigência das condições de vida, da alteração da construção de políticas e direitos

sociais e determinadas pela aceção de bem-estar e dos direitos das pessoas e das famílias.

No olhar atual, num mundo cada vez mais desigual, a fome tem momentos diferentes, que justificam ações e medidas de política diferentes.

A situação deve hoje ser enfrentada pelo grau de emergência, em que de facto é necessário dar alimentos, ou de estratégia, em que nos deparamos com situações em que a promoção do bem-estar, da saúde, da erradicação das desigualdades e do desperdício toma a dianteira.

Entre as obras de misericórdia, encontramos a referência à fome e à sede: dar de comer aos famintos – realidade ainda hoje em dia – e de beber aos sedentos.

Hoje como ontem.

Quantas vezes os meios de comunicação informam sobre populações que sofrem por falta de alimentos e de água, com graves consequências, especialmente para as crianças.

Hoje, quando se fala de agir contra a fome, pensa-se numa multiplicidade de temas que refletem preocupações que vão desde “acabar com todas as formas de desnutrição”, a duplicar até 2030 “a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos”, à “garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos” ou até a “garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes”, entre outras formulações. Trata-se de garantir níveis básicos de alimentação, seja qual for a

significação de fome em cada momento da nossa história social.

Assistimos a tempos de abundância e desperdício, desarmonias que nos afrontam e convocam.

Aumenta o número de pessoas que não têm o suficiente para comer, a desnutrição persiste, mas todos os dias alimentos são desperdiçados e destruídos sem coerência.

Cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 é cada vez mais longínquo, apesar da atenção que esta vulnerabilidade tem provocado junto das Nações Unidas. Acabar com a fome até 2030 é uma incerteza, como, aliás, nos alertam os relatórios da ONU.

Superar a fome e a má nutrição em todas as suas formas (incluindo desnutrição, deficiências alimentares, excesso de peso e obesidade) é mais do que garantir comida suficiente para sobreviver, mas tudo isto é fome e tudo isto faz parte do combate que deverá levar à erradicação de um fenómeno que condiciona o desenvolvimento, a dignidade, a saúde e a sustentabilidade do planeta.

A experiência da fome é dura. Os que vivem ou viveram períodos de guerra ou precariedade, sabem-no. Entretanto esta experiência repete-se todos os dias e convive ao lado da abundância e do desperdício.

Nesta dicotomia, neste contraditório, está uma coerência: ainda faz sentido ter na agenda para o desenvolvimento o propósito de “erradicar a fome”. Nos objetivos de hoje como nas obras de misericórdia do século XV.

**DAR
DE BEBER
A QUEM
TEM SEDE**

TEXTO

MÁRIO SÉRGIO NUNO

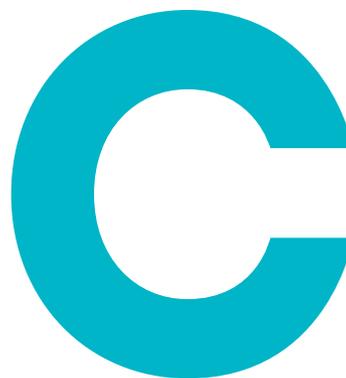
Nasceu numa família de agricultores e desde sempre conviveu com o meio agrícola. Em 1989, com 23 anos, assumiu a tempo inteiro a atividade agrícola, sendo o responsável pela implementação do projeto Quinta das Bâgeiras. Como corolário do trabalho desenvolvido, já recebeu diversas distinções: Jovem Agricultor Português (1989 e 1991), agricultor do ano em 2004, prémio 100 melhores adegas do mundo pela revista americana Wine & Spirits, produtor do ano pela Revista de Vinhos, prémio Singularidade da revista Grandes Escolhas. Elemento fundador da Associação Baga Friends, foi ainda agraciado no Dia de Portugal com o grau de Comendador Mérito Empresarial (classe agrícola) pelo Presidente da República.





Paulo Buchinho

CONJUNTO ENORME DE PRÁTICAS HUMANISTAS



Começamos pelo óbvio. É com água que se mata a sede. Mas se encararmos o aforismo “dar de beber a quem tem sede” no seu mais profundo significado, somos de imediato encaminhados para o ser humano e para a obra social. E nesse sentido, surge numa primeira linha de pensamento o papel importantíssimo das nossas Misericórdias, mais acentuado ainda nos tempos difíceis que vivemos.

Pessoalmente, enquanto produtor de vinho, poderia considerar ser este o melhor para matar a sede. Mas, na verdade, vejo o vinho, numa primeira fase, como parte da alimentação humana e, numa segunda, como objeto histórico, cultural e social.

Encontro, no entanto, no seu processo de produção, um conjunto enorme de práticas humanistas que nestes tem-

pos modernos matam a sede à alma de quem mais precisa.

A agricultura e a vinha proporcionam um são convívio entre gerações, tão importante para uma sociedade harmoniosa, onde as Misericórdias deveriam ser um local de recurso e não uma fatalidade ou inevitabilidade. A atividade na vinha é frequentemente classificada, e com razão, como envelhecida. Mas também pode ser vista por outro prisma, bem mais positivo: proporciona aos mais idosos um convívio alegre entre si e com a natureza, sentem-se úteis e felizes e sem o pensamento do fim, tão importante para a saúde mental nestas idades.

Este tema é-me muito caro, pois tive a felicidade de conhecer três dos meus bisavós e de conviver de muito perto com os meus quatro avós durante largos anos. O legado destas gerações, bem como as trocas de ideias e o carinho recíproco que mantenho com os meus pais foram e são fontes inspiradoras para o sucesso da Quinta das Bageiras.

Nos dias de hoje, infelizmente, vemos mais negócio e menos partilha. Vemos pessoas cada vez mais jovens a procurarem as Misericórdias. Noutra sentido, vamos impondo cada vez mais regras aos idosos, retirando-lhes alguns prazeres da vida. Já agora, e no que aos idosos respeita, um copinho de vinho, com mo-

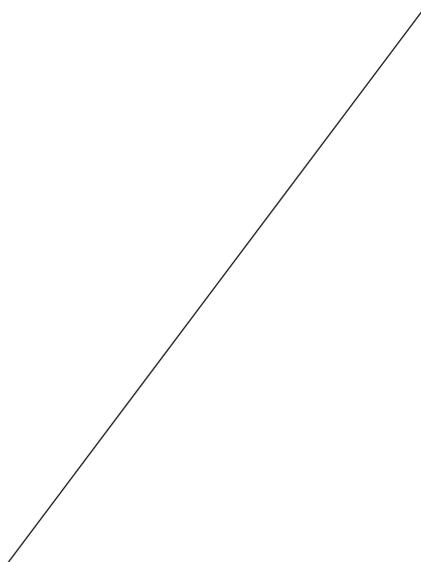
deração, certamente lhes alegrava a vida e encheria a alma.

O futuro da agricultura e, nomeadamente, da viticultura, passa pelo rejuvenescimento, procurando ao mesmo tempo não perder a nossa identidade, tão importante para a imagem dos nossos vinhos. A pensar no presente, mas com visão de futuro, as Misericórdias desfazem-se das vinhas próprias, entregando-as a quem as trata com profissionalismo, tão necessário a este setor.

Só com um grande esforço conjunto na defesa da imagem do vinho português poderemos tornar esta atividade atrativa para as gerações mais jovens.

Com os anunciados fundos e incentivos europeus temos obrigação de dar um grande salto nesse sentido, não utilizando os mesmos em formações fúteis ou em associações paralisadas, mas sim exigindo empreendedorismo aos empresários, com objetivos bem definidos (e de cumprimento fiscalizado) a médio e longo prazo.

É necessário cultivarmos um associativismo sério com objetivos claros, sem estarmos permanentemente dependentes do Estado, esquecendo tiques de corporativismo tão nefastos ao desenvolvimento económico, para podermos com mais facilidade e frequência, efetivamente, dar de beber a quem tem sede.



OBRAS CORPORAIS

VESTIR OS NUS

TEXTO

TERESA TITO DE MORAIS

Foi fundadora e presidente da direção do Conselho Português para os Refugiados, entre 1991 e 2019. Durante mais de uma década exerceu funções como adjunta do representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em Portugal, com especial destaque para a informação pública. Trabalhou na construção de uma agenda nacional pelos direitos dos refugiados, tanto a nível jurídico, com o estabelecimento de um quadro legal em linha com os padrões internacionais, como social, com a construção e gestão de três centros de acolhimento e um espaço dedicado à criança (creche e ATL). Liderou uma equipa de mais de 70 colaboradores que assistem diariamente os requerentes e beneficiários de proteção internacional no recomeço das suas vidas em Portugal. Promoveu 13 congressos internacionais e realizou muitas ações de formação nas escolas e universidades sobre o sistema internacional contemporâneo do asilo e a situação das vítimas de perseguição em todo o mundo.



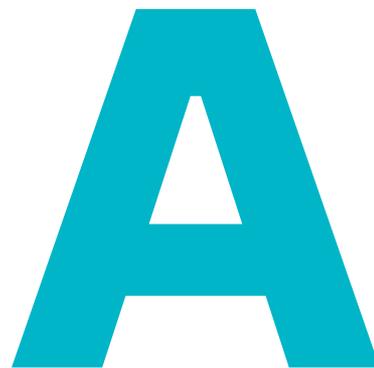


Paulo Buchinho

QUE O MEDO NÃO NOS IMPEÇA DE ACOLHER*

“Pensando naqueles que, nos últimos anos e ainda hoje, fogem das guerras e da pobreza, que chegam às costas do continente e em outros lugares e não encontram hospitalidade, mas hostilidade e são até mesmo instrumentalizados. Eles são nossos irmãos e irmãs. Quantos perderam suas vidas no mar! Hoje, o ‘Nosso Mar’, o Mediterrâneo, é um grande cemitério.”

Papa Francisco



Ao refletir sobre as obras da misericórdia, “vestir os nus” surpreende pela sua extraordinária atualidade. Por “vestir os nus” entendo acolhimento, conforto, satisfazer a necessidade básica do vestuário, assegurar abrigo, providenciar um lugar seguro a quem vem de terras distantes, estrangeiros, pessoas em viagem – peregrinos e também refugiados.

Nesta matéria, considero que há ainda um longo caminho a percorrer. Os fatores que determinam a mobilidade humana são muito variados, têm muito por base as violações dos direitos humanos, os conflitos armados e a instabilidade dos países de origem. E esses deslocados, quando saem dos seus países, também estão numa condição de vulnerabilidade extrema que requer proteção internacional.

Permanece assim urgente uma maior cooperação entre Estados e respostas robustas para os refugiados, designadamente partilhar responsabilidades e

aliviar os países mais pressionados com as migrações. E a Europa, nesta matéria, continua fechada em si mesma, refém de um populismo crescente que vive da confusão entre terroristas e refugiados e que obstrui o receber. A criação de canais de migração regular, como a expansão da reinstalação e regimes de admissão humanitária, e a agilização de processos de reagrupamento familiar, entre outras alternativas, continuam urgentes, evitando, também, que as pessoas não sejam forçadas a atravessar o Mar Mediterrâneo para pedir proteção na Europa.

A crise no acolhimento de refugiados em 2015 devia ter demonstrado a importância da hospitalidade, mas as crises sucedem-se e muitas vezes o medo impede-nos de acolher.

Veja-se a situação humanitária grave no Afeganistão, que colocou em situação de risco um conjunto significativo de cidadãos do país, designadamente os mais vulneráveis, como sejam mulheres e crianças.

Impõe-se à comunidade internacional prestar um apoio real e um acolhimento digno a estes cidadãos. Mas, com alguns países a fecharem em definitivo a possibilidade de receberem refugiados afegãos, consola-nos o esforço e empenhamento de Portugal nesta matéria.

O princípio que temos de garantir é o da solidariedade, da obrigação de não sermos alheios a este conflito e a esta tragédia humanitária que é a simples existência de refugiados e temos também de

fazer com que o nosso país se vá adaptando a essas necessidades. Estou perfeitamente convicta de que isso constitui não só um progresso e um avanço para os portugueses, mas também um exemplo.

A diversidade é a nossa força de facto e a segurança dos refugiados é também a nossa própria segurança. Portanto, temos de caminhar lado a lado, cientes do enriquecimento de parte a parte e num quadro em que os próprios refugiados também sintam que têm oportunidades e que eles próprios são donos do seu destino.

Os valores devem permanecer no coração das políticas de integração com a desmistificação de medos, fantasmas e nacionalismos exacerbados que não deixam de corroer os nossos ideais de justiça, igualdade, liberdade e fraternidade.

Mas, parem as guerras. É necessário apostar na prevenção dos conflitos, precisamente para evitar a proliferação dos refugiados porque, no fundo, as grandes causas das migrações forçadas estão também nas guerras.

Não há dúvida de que a hospitalidade, como bem refere o Papa Francisco, é uma “importante virtude ecuménica”. E nesse encontro entre quem acolhe e quem é recebido, à semelhança do que acontece nesta obra de misericórdia, estimulamos a nossa capacidade de relacionamento, de compreensão e de escuta ativa. Quebramos barreiras e aprendemos. Juntos.

*Excerto da mensagem do Papa Francisco no Dia Mundial do Refugiado, 20 de junho de 2018: “Encontramos Jesus no pobre, no rejeitado, no refugiado. Não deixemos que o medo nos impeça de acolher o próximo necessitado!”

DAR POUSADA AOS PEREGRINOS

TEXTO

JORGE REBELO DE ALMEIDA

Nasceu em 1949. Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1974. Durante algum tempo foi consultor jurídico do Ministério das Obras Públicas e exerceu advocacia até 1986, essencialmente na área comercial e no desenvolvimento de projetos de construção de hotelaria. Foi então que decidiu lançar-se na área do turismo por conta própria, constituindo a Vila Galé. Viria a abrir o primeiro hotel em 1988, junto à Praia da Galé, no Algarve. Hoje o grupo do qual é presidente do Conselho de Administração tem 36 hotéis, 27 em Portugal e nove no Brasil. Está, ainda, presente na produção de vinhos e azeites regionais alentejanos com a marca de Santa Vitória e também no Douro, sob o nome Val Moreira.





INOVAR NA PROCURA DA IGUALDADE

S

Sendo a Vila Galé uma rede hoteleira já com 36 hotéis e mais de 30 anos de história, cuja principal atividade é, naturalmente, a hospitalidade, desde sempre que nos dedicamos a compreender a essência do saber acolher e a aperfeiçoar o bem receber. A preocupação em fazer com que os viajantes se sintam como em sua casa, a importância de alojar com simpatia, o efeito especial de um sorriso afável e sincero, o relacionamento empático com os que escolhem os nossos hotéis tem orientado a nossa atividade ao longo destas três décadas de existência.

Acredito que princípios semelhantes norteiam a atuação das Santas Casas no acolhimento de peregrinos. Enquanto obra de misericórdia corporal, física, cuja vocação é abrigar e dar assistência, certamente que, na sua ação quotidiana, também as Misericórdias se empenham em acolher, reconfortar, garantir alimentação e bem-estar – físico, emocional, espiritual – aos caminantes que albergam.

Desde sempre que as Santas Casas têm nesta obra de misericórdia um dos pilares da sua missão que, saliente-se, é cada vez mais lata e abrangente na assistência ao próximo e de enorme valia. Se

primeiro estavam sobretudo vocacionadas para dar pousada aos peregrinos dos Caminhos de Santiago, hoje as dezenas de centros entretanto postos a funcionar são essenciais para suprir também as necessidades de quem peregrina até Fátima.

Trabalhando cada vez mais em rede e complementando-se entre si, é de destacar a atuação das Misericórdias na região Norte de Portugal e junto à fronteira, em Monção, Valença, Melgaço, Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca ou Braga, dando suporte aos caminhantes que rumam a Compostela, através da criação de albergues e cedência de alojamento, prestação de cuidados de saúde e higiene, preparação de refeições e apoio espiritual.

Neste contexto, recentemente, a União das Misericórdias Portuguesas e o Turismo do Alentejo assinaram também um protocolo de colaboração para oferta de serviços no âmbito dos caminhos de Santiago alentejanos e ribatejanos. E cerca de 75% das instituições ligadas às Misericórdias destas regiões mostraram disponibilidade para colaborar, num envolvimento muito próximo entre todas as entidades que se materializou, por exemplo, na abertura de um albergue numa pequena aldeia do concelho de Mértola.

Também Coimbra, Ílhavo, Coruche, Azambuja e Entroncamento são casos de Misericórdias que se têm dedicado a apoiar os viajantes, sobretudo entre maio e outubro, a caminho do Santuário de Fátima, contando com a colaboração muitas vezes voluntária dos funcionários das Santas Casas e dos seus parceiros, estimulando também a cooperação, a partilha e o sentido de entreatajuda.

Na verdade, talvez tenha sido esta compreensão comum e a partilha de uma mesma visão da hospitalidade que entusiasticamente aproximou as Santas Casas e o grupo Vila Galé. E que motivou o desenvolvimento de projetos conjuntos nos últimos anos. É disso exemplo o projeto concretizado com a Santa Casa da Misericórdia de Braga para a instalação de um hotel no antigo hospital de São Marcos, também ele outrora abrigo para peregrinos. Hoje, o centenário e emblemático imóvel bracarense está totalmente reabilitado e requalificado, dando corpo ao Vila Galé Collection Braga, uma unidade de charme no centro da cidade, com 123 quartos e várias valências: restaurantes, salas de reuniões, biblioteca, *spa* e sala da inovação.

Também existe já um acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada para renovar parte do edifício onde antigamente funcionava o convento e hospital de São Francisco, transformando-o no hotel Vila Galé São Miguel.

Estamos, ainda, a analisar uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso. E muito gostaríamos, também, de desenvolver uma parceria em Viana do Castelo, com a respetiva Misericórdia.

De resto, há ainda uma outra visão que nos une. A da importância da solidariedade, da cooperação e da necessidade de inovar na procura da igualdade. Também na Vila Galé estamos empenhados em contribuir para a economia social e para desenvolver a consciência social em Portugal. Ambicionamos ter um crescimento económico sustentável, social e ambientalmente responsável. E trabalhamos para ser uma empresa de

referência na indústria hoteleira, reconhecida pelos seus pares, clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores. Daí que também tenhamos uma forte dimensão solidária e de responsabilidade social. Por exemplo, doamos refeições, mas também bens como mobiliário, eletrónica de consumo, têxteis ou loiça. E por cada questionário de satisfação preenchido nos hotéis, 0,50 € revertem para uma associação. Frequentemente, incentivamos as nossas equipas a participar em ações solidárias. Também contratamos empresas do setor social para alguns serviços. E cooperamos com diferentes entidades para a inserção socioprofissional de pessoas potencialmente excluídas, além de atribuirmos as condições do clube Vila Galé – descontos e serviços exclusivos – a parceiros e beneméritos de instituições de natureza social.

A todos os níveis, definimos o nosso posicionamento e a identidade do grupo e da marca com o lema “Sempre perto de si”. Acredito que uma convicção semelhante guia também esta obra de misericórdia de acolher os peregrinos e toda a ação das Santas Casas.

Com efeito, as Misericórdias são desde sempre um pilar da ação social em Portugal, suprimindo lacunas em áreas muitas vezes da esfera e da competência do Estado e garantindo o bem-estar a muita gente, através do acolhimento em creches, hospitais, lares e abrigos para peregrinos, entre outros.

Augura-se um bom futuro às Misericórdias, pois continuam a ser servidas por pessoas de bem, detentoras de uma grande força moral e fortemente empenhadas em prestar assistência aos outros e em promover o seu bem-estar.

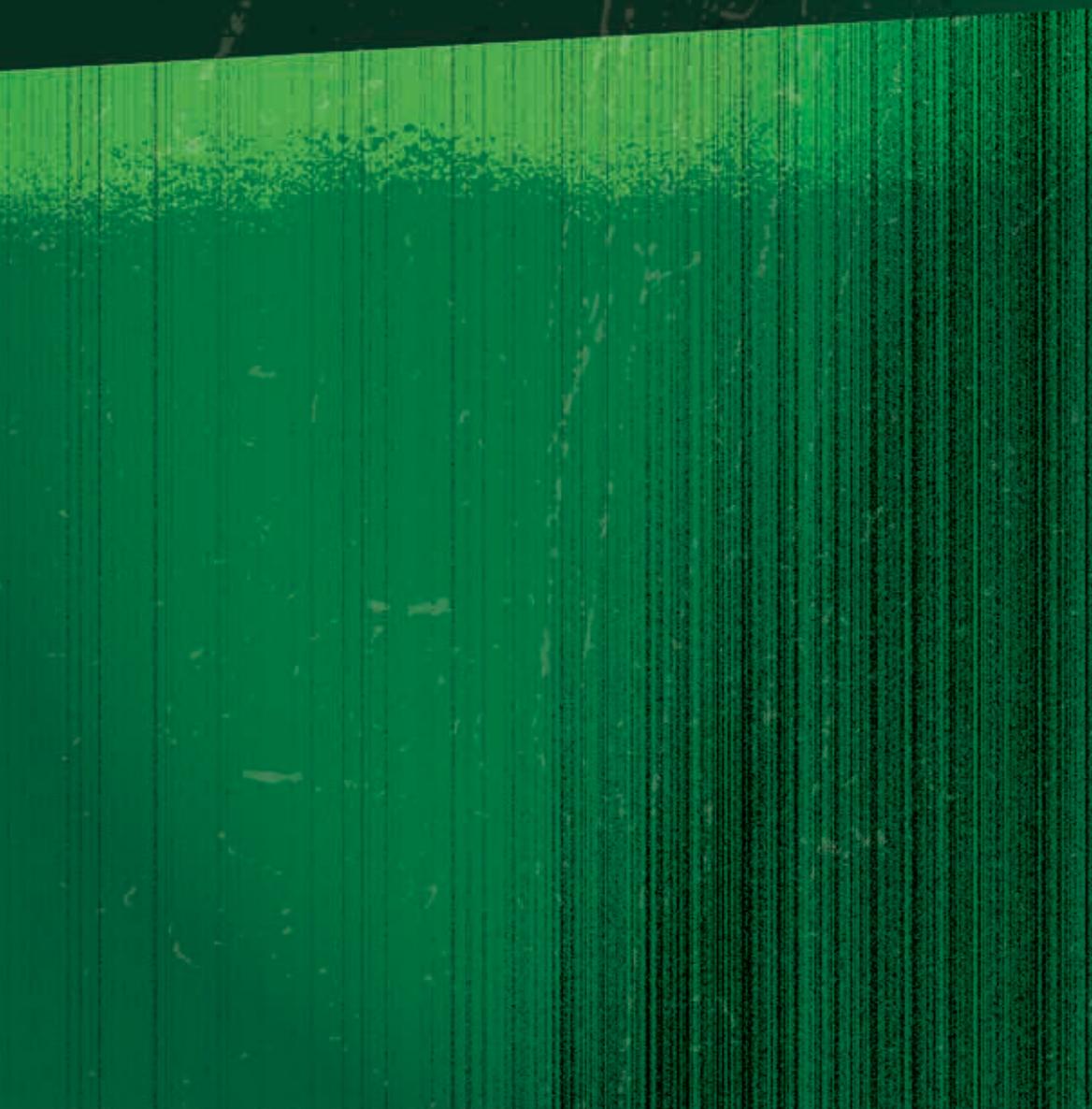
OBRAS CORPORAIS

CUIDAR **DOS DOENTES**

TEXTO

ADALBERTO CAMPOS FERNANDES

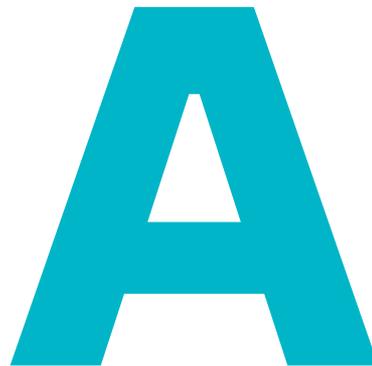
Professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa. Ministro da Saúde do XXI Governo Constitucional (2015-2018). Doutorado em Administração da Saúde pela Universidade de Lisboa. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Nova de Lisboa. Especialista em Saúde Pública. Integra o Centro de Investigação em Saúde Pública (CISP) e o Comprehensive Health Research Centre (CHRC). Integra o Regional Director's Advisory Council on Innovation for Noncommunicable Diseases da Organização Mundial da Saúde. Académico Titular da Academia Nacional de Medicina de Portugal.





paulo buchinho

FAZER DO TEMPO UM ALIADO



As sociedades modernas vivem uma profunda transformação social e demográfica. A longevidade condiciona cada vez mais a demografia, sobretudo, nos países mais desenvolvidos. Estamos, por essa razão, a construir sociedades onde os vínculos de solidariedade se afiguram essenciais para alcançar a indispensável coesão social. Nesta nova dimensão da vida, em comunidade, a intervenção do Estado é insuficiente nos meios e muito limitada no alcance humano. O peso crescente do envelhecimento e da doença crônica transformou significativamente o modo de vida das populações. Sendo certo que se ganharam muitos anos à vida, falta igual conquista na qualidade dos anos vividos.

A história centenária das Misericórdias inscreve na memória coletiva a ideia generosa de entrega, de serviço e de benemerência a partir da ideia criadora de ajudar quem precisa. Em grande medida,

o seu papel histórico está indissociavelmente ligado à proteção das pessoas, à salvaguarda da sua dignidade e à promoção dos valores. Foi o desempenho deste relevante papel que, ao longo do tempo, lhes foi conferindo notoriedade e reputação social.

A origem das Misericórdias parte, em grande medida, das ordens mendicantes, desenvolvendo desde o início ações de caráter assistencialista. A sua institucionalização ganhou maior expressão com a intervenção estruturante, em 1498, de D. Leonor, mulher de D. João II, a qual teve um papel muito relevante na criação dos hospitais termais, que integravam camas de apoio e assistência aos mais pobres. Foi também neste contexto que se afirmou o papel atribuído às obras de misericórdia corporais para assistir os enfermos. Ao longo da sua vida, D. Leonor terá sido responsável pela fundação de mais de sessenta Misericórdias em Portugal, as quais se vieram a dispersar por todo o país constituindo, dessa forma, uma importante rede social e sanitária especialmente dirigida para os mais pobres.

Ao longo do seu percurso, as Misericórdias mantiveram fidelidade aos princípios fundacionais apesar de, em diferentes momentos históricos, terem estabelecido com o Estado distintos tipos de compromissos e de protocolos de atuação a favor da comunidade. À exceção de um período histórico limitado, as Mi-

sericórdias mantiveram sempre os seus níveis de independência, de autonomia e de autorregulação.

As obras de misericórdia encontram fundamento na espiritualidade cristã assumindo a sua missão de praticar o bem e a caridade em prol das necessidades do próximo, tendo em conta a expressão das suas carências espirituais e corporais. Este percurso intemporal adquire especial relevância nos tempos modernos marcados pela injustiça social e pelo agravamento das desigualdades sociais. A globalização económica, a assimetria entre países e regiões, o agravamento da pobreza e das desigualdades são as marcas mais visíveis do mundo contemporâneo. A intervenção das Misericórdias adquire, na atualidade, uma importância acrescida pela capacidade de suprir as falhas do modelo económico tradicional e das deficiências de organização das respostas por parte do Estado. A vocação humanista das Misericórdias confere-lhes particular capacitação para atenuar as ruturas sociais e os desequilíbrios estruturais da sociedade. A proximidade da sua ação torna mais eficiente e mais racional a utilização dos recursos.

A obra de misericórdia corporal “assistir os enfermos” encerra no seu simbolismo histórico o poder da mediação entre quem precisa de cuidados e quem tem condições para os prestar de forma adequada. Ao longo do tempo foi esse o

caminho percorrido pelas Misericórdias, as quais se constituíram num pilar estratégico de desenvolvimento e de concretização das políticas públicas no âmbito da proteção social e da saúde.

Em Portugal, nos últimos anos, tem sido particularmente relevante o envolvimento nos cuidados de longa duração, com particular destaque para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, bem como para o apoio à infância e aos mais carenciados. Mais recentemente, as Misericórdias portuguesas iniciaram um processo de desenvolvimento de novas capacidades de intervenção nos cuidados de saúde com crescente nível de diferenciação clínica e tecnológica.

As Misericórdias têm provado ser capazes, no seu vasto ciclo de existência, de fazer do tempo o seu maior aliado na contribuição para a transformação das sociedades. A natureza da sua missão confere estabilidade aos seus objetivos, permitindo adaptação flexível às novas realidades. No século XXI, “assistir os enfermos” adquire uma nova expressão que está muito para além da dimensão puramente assistencialista. O papel das Misericórdias na modernidade centra-se, fundamentalmente, na integração dos cuidados, na valorização da pessoa humana e na dignificação do indivíduo. Esse será o caminho natural na prossecução do bem comum através de um reforçado sentido de missão e de serviço à comunidade.

OBRAS CORPORAIS

VISITAR OS PRESOS

TEXTO

ZITA SEABRA

Nasceu em Coimbra. Viveu e estudou no Porto, é casada e mãe de três filhos. Militante do PCP desde os 15 anos, passou à clandestinidade com 17. Foi dirigente comunista e deputada à Assembleia da República (AR) pelo PCP e pela APU. Foi expulsa do PCP em 1988. Nos anos 90, iniciou o seu trabalho na edição, primeiro na Europa-América e, depois, na Quetzal Editores. Foi administradora e diretora editorial da Bertrand Editora. Coordenou o Secretariado Nacional para o Audiovisual, foi presidente do Instituto Português de Cinema e do Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual. Vereadora da Cultura na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Fundou em 2005 a Alêtheia Editores, da qual é presidente do Conselho de Administração e diretora editorial. Foi deputada pelo PSD na AR e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD na X Legislatura. Foi vice-presidente do PSD. Colabora regularmente com órgãos de comunicação social e é autora de diversos livros.





FUI PRESO E VIESTE VISITAR-ME



Fui preso e vieste visitar-me. Esta é talvez a mais difícil e mesmo estranha obra de misericórdia, difícil de perceber e de praticar, estranha porque manda visitar os presos, não fazendo nenhuma distinção do crime ou da violência praticada. Mas tem, em si, um dos melhores fundamentos da nossa civilização cristã, que tornou o Ocidente na melhor parte do mundo para viver.

Visitar um preso é de um enorme radicalismo moral e é um desafio de vida quotidiano: é olhar para o outro, amar o outro, como a nós mesmos. Visitar quem está preso é visitar alguém que a justiça condenou a ser retirado do convívio social e ao isolamento de viver por detrás de uma grade.

Um preso é sempre alguém só. Alguém abandonado, muitas vezes sem ninguém que se interesse por ele, sem afetos para partilhar, a quem cortaram todos os laços humanos e a quem não se reconhece dignidade, nem se concede o direito a ter esperança.

Há muitos anos, depois de em 1968 ter passado à clandestinidade em pleno Estado Novo - vivia-se ainda sob a ditadura de Salazar (Marcello Caetano substituiu-o pouco tempo depois) -, vivia numa casa clandestina no norte do país e uma das minhas tarefas era precisamente reproduzir notícias da luta pela liberdade travada cá fora, nas universidades, nas escolas, nas fábricas ou no geral da oposição democrática.

Essas notícias chegavam-me em normais folhas de papel escritas à má-

quina que eu transcrevia em papel de mortalha de cigarros com um lápis muito afiado. Era assim no mais fino e pequeno papel que as novas chegavam aos presos políticos que estavam na cadeia Forte de Peniche. Era um trabalho demorado, mas dos mais espantosos que fiz na vida porque eu sabia que aquele papel levado na sola de um sapato, na bainha de um casaco, ou numa fatia de bolo, iria levar esperança e confiança no futuro aos presos que ali passavam anos, com muito poucas visitas de familiares (era caro ir a Peniche), e dar-lhes a certeza que estávamos na mesma luta.

Um dia, passei a papel de mortalha uma carta da direção do PCP para um preso chamado José Magro (esteve um total de 21 anos preso). Esse preso tinha mandado dizer num bilhete anterior que iria entrar em greve da fome pois já não aguentava mais a prisão. Tinha sido condenado a uma pena que cumpriu, acrescida de medidas de segurança. As medidas de segurança (cumpridas no fim da pena), que tinham entre seis meses e três anos e podiam ser eternamente prorrogadas, perpetuavam a prisão, pois o preso apenas saía em liberdade não quando a pena terminava, mas quando a polícia política ou as autoridades da altura o decidissem. Era uma prisão perpétua mitigada.

Ainda hoje guardo essa carta que lhe levou a esperança e lhe deu tempo para sair em liberdade em 27 de abril de 1974.

Aprendi nesse tempo a respeitar muito o trabalho da gente corajosa que criou e manteve a Associação de Socorro aos Presos Políticos, que juntava muita gente boa que ajudava os presos, mas também as famílias que ficavam muitas vezes sem meios de sobrevivência, particularmente as mulheres e os filhos.

É verdade que não se pode comparar um preso político com um preso comum.

Mas é importante recordar que um preso comum é alguém que está a cumprir uma pena encarcerado numa cadeia, não por vingança da sociedade ou ajus-

te de contas, mas para que um dia possa sair reabilitado.

Uma grande parte dos presos que cumprem pena numa prisão não recebem nenhuma visita, ninguém se interessa por eles, perderam os laços com a família e com os amigos. Estão ali à espera que o tempo passe e a pena chegue ao fim, sem fazerem nenhuma ideia do que vão fazer e para onde vão no dia em que saírem em liberdade. Misturam-se velhos, jovens e adultos, apenas com um traço em comum que conhecem dos recrios: a delinquência. É um sofrimento de marginalidade, sem afetos e mesmo sem recordações, porque aumenta o sofrimento recordar os que lhes eram queridos, ou até os locais, e pura e simplesmente preferem apagá-los da memória.

Editei há uns anos as memórias de um jovem, Johnson Semedo, preso e condenado muito novo por pequenos furtos na baixa de Lisboa, com a pesada pena de dez anos de prisão, passados em todas as prisões do sul do país. Hoje, dirige uma associação de ajuda a jovens do Bairro da Cova da Moura. No seu livro, relata como duas pessoas foram as únicas que o trataram como gente, como pessoa, com a dignidade devida e assim ganharam a sua confiança e o tiraram de um futuro de delinquência, droga e prisão.

Também há muitas formas de estar preso. Não é preso apenas quem está condenado a cumprir pena numa cadeia. Há outras espécies de presos para visitar.

Estar preso é ser marginalizado pela sociedade, pela vida, pela doença, pela velhice e estar só, sem ninguém, com um sentimento de que a vida não tem sentido e não serve para nada e que não temos dignidade para que outros nos visitem e mesmo nos olhem.

Presos são os doentes de muitas doenças psíquicas, mentais ou físicas, abandonados na dor, no desespero e na diferença.

Estar preso é, sobretudo, perder o direito a ser respeitado. Perder o direito à dignidade e a que a sociedade reconhe-

ça essa dignidade. Há quem viva preso na sua doença.

As doenças mentais, como Alzheimer ou outras demências, isolam os doentes e levam-nos à maior das solidões, criando a sensação de que estão a mais no mundo, aos seus próprios olhos ou dos outros, não pelo sofrimento físico que medicamentos resolvem, mas porque se sentem a aguardar o fim da vida em completo desespero e solidão. São esses que precisam de ser visitados, de receber afeto, conversa e amor.

Assim aconteceu também durante a pandemia, particularmente difícil para velhos e crianças forçados ao isolamento e à solidão, em nome da salvaguarda do bem comum. Vivemos todos sem visitas, sem afetos, como que abandonados, particularmente os doentes hospitalizados ou as pessoas institucionalizadas. Valeu-lhes a dedicação de todos os que trabalham nos hospitais e nas instituições e que procuraram não só tratar como cuidar.

Um famoso preso, o vietnamita e Arcebispo de Saigão, Francisco Nguyen van Thuan, mais tarde feito Cardeal pelo Papa João Paulo II, esteve preso durante 13 anos pelo regime comunista vietnamita. Na prisão de Phu Khanh e no campo de reeducação de Vinh Phu, escreveu o seu livro de memórias do cárcere. Um espantoso livro. Diz ele, citando Monseñor John Walsh, bispo chinês, quando foi libertado após anos de cativeiro:

“Passei metade da minha vida esperando. É uma grande verdade, todos os prisioneiros, incluindo eu próprio, passa cada minuto da sua vida a esperar a sua libertação. ‘Verdade!’ Mas então tomei uma decisão: ‘não esperarei. Vou viver cada momento presente enchendo-o de amor’. Não se trata de uma inspiração improvisada, mas de uma convicção que me acompanha desde aí. Se passo o tempo à espera, talvez as coisas que espero nunca cheguem (...).”

E assim aconteceu. Depois desses longos anos de cárcere, viveu serenamente em Roma. Não viveu esperando. Viveu.

OBRAS CORPORAIS

ENTERRAR OS MORTOS

TEXTO

D. AMÉRICO AGUIAR

Nasceu em 1973, em Leça do Balio, Matosinhos. Ordenado Bispo Titular de Dagno, no dia 31 de março de 2019, na Igreja da Trindade, no Porto, foi nomeado, pelo Papa Francisco, Bispo Auxiliar de Lisboa a 1 de março de 2019. Em 2001 foi ordenado presbítero por D. Armindo Lopes Coelho. Entre 2004 e 2015 foi Vigário-Geral, Chefe de Gabinete dos Bispos do Porto (D. Armindo Lopes Coelho, D. Manuel Clemente e D. António Francisco dos Santos) e Capelão-Mor da Misericórdia do Porto. Foi presidente da Irmandade dos Clérigos entre 2011 e 2020. É presidente da Fundação JMJ Lisboa 2023 e presidente do Conselho de Gerência do Grupo Renascença Multimédia.





paulo buchinho

A SACRALIDADE DO NOSSO CORPO



Já lá vão mais de 20 anos, mas permanece sempre presente na minha memória. Nos Estados Unidos da América, na cidade de Filadélfia, tive a oportunidade de visitar uma muito anunciada exposição sobre o corpo humano. Estava entusiasmado com a expectativa do que iria ver e aprender. No entanto, à medida que a visita me ia levando por salas e corredores, fui tomando consciência de que as “peças” expostas eram corpos verdadeiros. Corpos de gente com histórias de vida, maridos, mulheres, filhos e filhas, avós e netos, irmãos nossos. A partir de certo momento, todo aquele entusiasmo desapareceu. Até hoje.

Lembrei-me de imediato desta visita e dos pensamentos e sentimentos que permanecem em mim desde então, quando fui desafiado a partilhar o que penso e sinto em relação a esta extraordinária obra de misericórdia que é enterrar os mortos. Que não são apenas corpos.

Acredito que a nossa relação com o corpo é muito o reflexo do espelho de cada tempo. Como nos olhamos e vemos. Como nos tocamos e sentimos. Como olho, vejo, toco e sinto o outro. E também estou convicto de que passar a tratar com respeito, amor maior, o corpo de alguém foi evidentemente um salto civilizacional na história da humanidade.

De tal modo que quando nos entram pelos olhos adentro imagens de cenários de guerra e violência, com evidente desrespeito pelos cadáveres dos vencidos e das vítimas, é algo que nos incomoda, nos dói. Pelo menos, espero que assim seja. Talvez também neste âmbito, a “Globalização da Indiferença”, de que o Papa Francisco nos fala, já tenha conquistado espaço em alguns corações. Quero acreditar que a grande maioria da humanidade não é indiferente ao respeito pelo outro, mesmo que corpo sem vida.

E chegam ao meu coração as palavras de São Paulo aos Coríntios, que cantamos em tantas celebrações: “O Templo de Deus é Santo e vós sois esse templo.” Conquistarmos a consciência da sacralidade do nosso corpo, dos nossos corpos, é um desafio permanente, porque a Palavra de Deus é Viva e dirige-se a cada um na sua circunstância de vida. Precisamos de nunca esquecer que Deus nos ama tal como somos. Por vezes somos vítimas das modas. Há tanto sofrimento com as mais variadas formas de *bullying*. Porque somos magros ou gordos, altos ou baixos, carecas ou cabeludos, pretos ou brancos, nariz grande ou pequeno, orelhas assim ou de outro modo. Chegamos ao ponto de ir mudando “peças” para correspondermos às ditas modas, quantas vezes numa espiral sem fim. Mas Deus ama-nos como somos. Quem nos ama, ama-nos como somos. Por muito que a ciência e a medicina ofereçam adaptações a modas e inseguranças, continuamos a ser os mesmos filhos e filhas amados por Deus.

E da vida chegamos à morte, do cuidado com a vida ao cuidado com a morte. Quando e quem terá sido o nosso primeiro antepassado a ter este gesto maior pela dignidade da pessoa humana, o cuidado de sepultar o cadáver de um familiar, de um amigo, de um igual?

O que sentiu, o que pensou, o que lhe passou no coração para tal gesto e cuidado? Passados tantos milénios, estou-lhe muito agradecido. Rezo a Deus por ele e pelos seus. Por todos. Entendo, com uma clareza e evidência cada vez maior, a misericórdia que se revela nesta obra corporal de enterrar os mortos. Cada vez que se enterra o corpo de um morto, a condição humana conhece a dignidade de Filhos de Deus.

Precisamos de sublinhar que os “Compromissos” das nossas Santas Casas de Misericórdia, e sublinho “Compromissos” em vez de estatutos, bebem, inspiram-se, têm as suas raízes, desde a primeira hora, nos idos de 1498, em Lisboa e 1499 no Porto, e até à atualidade, no Coração de Deus, no Coração de Cristo. E que as obras de misericórdia a que nos “comprometemos”, corporais e espirituais, foram e são a presença de Deus no coração da nossa rainha D. Leonor e em tantos e tantas, homens e mulheres, de coração grande. Homens e mulheres que inclinaram o seu olhar, um olhar a partir do coração, ao modo do próprio Cristo, para os mais frágeis e vulneráveis de cada tempo, dando respostas primeiras a problemas novos.

Dêmos graças a Deus por mais de cinco séculos de inovação e empreendedorismo nesta área dita social, o chamado terceiro setor. Que esteja sempre e sempre marcado por este Amor misericordioso que jorra do lado aberto do Senhor como podemos contemplar no FONS VITAE que nos acolhe no MMIPO – Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Uma fonte eterna e inesgotável. Um Amor maior, que ainda hoje, século XXI, grita por vezes sem que muitos ouçam.

Mas os corações misericordiosos ouvem e sempre. Prova disso mesmo é que, ainda hoje, as nossas Santas Casas dão cumprimento a esta obra tão digna, a de

dar sepultura aos mortos. E com números que, por exemplo em Lisboa, nos devem fazer refletir. São tantos, sempre demasiados. Mas mesmo que fosse apenas um. São irmãos a quem ninguém se apresenta para dar digna sepultura... nos dias de hoje, já no século XXI.

É bom lembrar que o nosso querido Papa Francisco nos ofereceu uma oportunidade única para refrescarmos e retomarmos esta estrutura pentasecular do exercício das obras de misericórdia nas nossas Santas Casas. No Domingo da Divina Misericórdia, Domingo II da Páscoa, no ano de 2015, o Papa convocou-nos para um Jubileu Extraordinário da Misericórdia. A Bula intitulou-se *Misericordiae Vultus* e, segundo a tradição, o nome do documento assume as primeiras palavras do mesmo, em latim: “Jesus Cristo é o rosto da misericórdia do Pai.” Durante esse ano foram múltiplas as iniciativas que nos ajudaram, entre muitas outras coisas, a relembrar e retomar o elenco das 14 obras de misericórdia, corporais e espirituais.

Estou certo de que este novo contributo da nossa UMP ajudará cada um dos nossos leitores a poderem ser também eles e nós, ainda com mais empenho e ardor, cada vez mais, verdadeiros rostos de misericórdia do Pai, com o Filho, no Espírito Santo. Nunca esqueço a exortação, o desafio, que S. João Paulo II nos fez nos primeiros momentos do novo século, com contexto do Jubileu do Ano 2000: os homens e as mulheres do novo milénio aguardam, esperam, desejam que lhes testemunhem, lhes mostrem o rosto de Cristo, o rosto misericordioso do Pai.

Obrigado às irmãs e aos irmãos que, durante esta pandemia que vivemos, foram e são este rosto misericordioso... e que, em tantos momentos, foram os únicos que choraram ao dar sepultura a um irmão.

OBRAS ESPIRITUAIS

DAR BONS CONSELHOS

TEXTO

JAIME NOGUEIRA PINTO

Licenciado em Direito e doutorado em Ciência Política. Lecionou no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na Universidade Católica, Universidade Lusíada e Universidade Autónoma. Foi fundador das revistas Política e Futuro Presente e diretor do jornal O Século. Colabora regularmente no Observador (Sexta Coluna e Conversas à Quinta, com Jaime Gama e José Manuel Fernandes) e na Antena 1 (Radicais Livres, com Pedro Tadeu e Jorge Pego). É autor de inúmeras obras de História Contemporânea, Ciência Política e ficção.





Paulo Buchinho

CONVIVER DE PERTO COM O ABISMO DO PECADO



Dar bom conselho. Regresso à infância, a essa espécie de arquivo móvel de imagens e palavras que o tempo torna paradoxalmente mais próximo. E oiço, como se ainda estivesse com a minha mãe na Igreja da Lapa, no Porto, a ladainha:

Mãe do bom conselho, rogai por nós.

Nesses primeiros anos cinquenta, o ar de maio, alheado de alterações climáticas, ainda se enchia de cheiros primaveris e de novenas a Nossa Senhora de Fátima. E todos sabíamos de cor que, entre tantos outros admiráveis atributos, a Virgem Mãe, a Mãe de Deus, era também a Mãe do bom conselho.

“Dar bom conselho” é a primeira das obras de misericórdia espirituais, as que se ocupam do espírito, da cabeça – da nossa e da dos nossos irmãos. Mas, como toda a obra humana, também a obra virtuosa convive de perto com o abismo do pecado. “Dar bom conselho”, “ensinar os ignorantes” e “corrigir os erráticos”, sem a humildade e a caridade que só a sintonia com Cristo e com o Pai nos podem trazer, precipita-nos muitas vezes no orgulho, na irritação, no farisaísmo. Já me aconteceu. E também já me aconteceu tentar justificar-me com o lugar e as circunstâncias: o país, a política, a comunicação social, a academia estavam

cheios de imbecis, de corruptos, de “doutos ignorantes” e até de grandes inteligências postas ao serviço de muita estupidéz – todos a precisar do meu “bom conselho”.

Mas, em boa teologia católica, é o Espírito Santo que tem o pelouro da sabedoria, é Ele o perito e o mestre do bom conselho e, sem Ele, nada feito. Por isso, os cristãos O invocam, ou deviam invocar, na hora de pensar, de discernir, de aconselhar. Assim, quando alguém pede um conselho a um cristão, está a pedir-lhe, a pedir-nos, que ponhamos a nossa imperfeita humanidade ao serviço dessa Luz do Alto, para sermos dela mediadores, que tenhamos os olhos postos no Espírito, na Mãe de Deus, na Mãe do bom conselho. É o que procuramos fazer, o que procuro fazer sempre que me pedem conselho. E é também o que espero que façam, quando o peço ou procuro.

Os grandes poetas bebem direta ou indiretamente dessa Luz quando dão bons conselhos. Dante (cumpriram-se agora 700 anos sobre a sua morte em Ravena) exorta-nos: *“Alziamo lo sguardo e guardiamo le stelle”*. “Levantemos o olhar e olhemos as estrelas.” Uma ideia que Alberto Caeiro retoma de outra maneira quando escreve: “Eu sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura.” Porque é esse olhar que transcende o que somos, ou o que também somos, que nos arranca do pântano do pecado, da ansiedade, da angústia, da indecisão, da insuficiência, ou da má decisão e da ilusória autossuficiência: *“We are all in the gutter but some of us are looking at the stars”**, escreve Oscar Wilde para que nunca nos esqueçamos de olhar para cima.

Camões, n’*Os Lusíadas*, dá bons conselhos aos de cima, a quem decide, insinuando o “Sublime Rei D. Sebastião” a tomar as rédeas do reino para merecer o canto:

*“Porque as cousas árduas e lustrosas
Se alcançam com trabalho e com fadiga”*

E também a pôr “freio duro” à cobiça e à ambição:

*“Porque essas honras vãs, esse ouro puro
Verdadeiro valor não dão à gente:
Melhor é, merecê-los sem os ter,
Que possuí-los sem os merecer”*

A fechar o seu bom conselho, especialmente válido e atual para dirigentes, políticos, empresários, para todos os que hoje têm algum poder em Portugal (e que, com a União Europeia e a desnacionalização da economia, mandam cada vez menos), Camões implora ao Rei:

*“Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses,
Possam dizer que são pera mandados,
Mais que pera mandar, os Portugueses”*

Quando os reis eram absolutos, ou quase, dar bons conselhos ao Rei – sobretudo conselhos atrevidos, como os de Camões – implicava algum risco. O válido, o conselheiro, era muitas vezes um decisor por interposta pessoa e, num sem-número de casos históricos, uma alma danada, um envenenador do aconselhado. Como, junto do Otelo de Shakespeare, Iago, personagem maquiavélica que muda e molda “o carácter segundo o tempo e as circunstâncias” e que, pela sua adaptação às situações, vai conseguindo o que quer. Talvez por isso Camões pedisse a D. Sebastião que tomasse conselho “só de experimentados”.

Os grandes autores da tragédia e da comédia humana – Sófocles, Cervantes, Shakespeare, Balzac, Dostoiévski – nunca se abstraem do fundamental, da luta entre o bem e o mal na alma dos homens. E é conscientes dessa eterna luta que deve-

mos aconselhar os que de nós se aproximam. Além de pesar o circunstancialismo, os dados concretos, a encruzilhada em questão; além da sabedoria de cá, do conhecimento das coisas e das mentalidades, do percurso das pessoas e da natureza das coisas, devemos ter sempre presente que todo o bom conselho – como toda a obra de misericórdia, do corpo ou do espírito – é reflexo da Luz que emana da Palavra e do exemplo de Cristo:

*“Porque tive fome e deste-me de comer;
tive sede e deste-me de beber, era estrangeiro e hospedaste-me; estava nu e vestiste-me; adoeci e visitaste-me; estive na prisão e foste ver-me”*

Cristo, que multiplicou os cinco pães e os dois peixes de quem deu o pouco que tinha e com eles alimentou a multidão; Cristo, que transformou em vinho a água nas bodas de Caná; Cristo, que curou os enfermos que n’Ele confiaram, da sogra de Pedro à filha do Centurião, deixou as obras espirituais para os seus sucessores, para a igreja de Pedro e dos Apóstolos, para nós, cristãos.

Nesse sentido, todos nós, membros da Igreja, mesmo soldados básicos, devemos ter a disponibilidade ou até o atrevimento de dar bom conselho, sempre conscientes da sua necessidade e utilidade para o outro.

E para isso temos de nos preparar. Antes do mais, através da oração e da leitura da Palavra, para que sejamos bons mediadores da verdadeira sabedoria. Depois, tratadas as coisas transcendentais, despindo-nos de respeitos humanos com simplicidade e coragem e pondo a nossa experiência e a nossa vida ao dispor do outro, para verdadeiramente o ajudar. Esperando sempre que o Espírito nos assista e que a Mãe do bom conselho rogue por nós – conselheiros e aconselhados.

*Tradução livre: Estamos todos na sarjeta, mas alguns de nós olham para as estrelas

OBRAS ESPIRITUAIS

ENSINAR **OS IGNORANTES**

TEXTO

EDUARDO MARÇAL GRILO

Nasceu em 1942. Engenheiro mecânico pelo Instituto Superior Técnico (IST), com Master of Science pelo Imperial College da Universidade de Londres, especialista do Laboratório de Engenharia Civil e doutorado pelo IST. Foi diretor-geral do Ensino Superior, coordenador dos projetos do Banco Mundial na área da educação, assessor na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), consultor do Banco Mundial, diretor do Serviço para a Cooperação com os Novos Estados Africanos da FCG, presidente do Conselho Nacional de Educação, ministro da Educação, administrador da FCG, presidente do Conselho Geral da Universidade de Aveiro, membro do Conselho de Curadores da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Autor de diversos livros e publicações nos domínios da engenharia, da cooperação, da educação e do desporto. Agraciado com as condecorações da Ordem da Instrução Pública, da Ordem de Mérito e da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

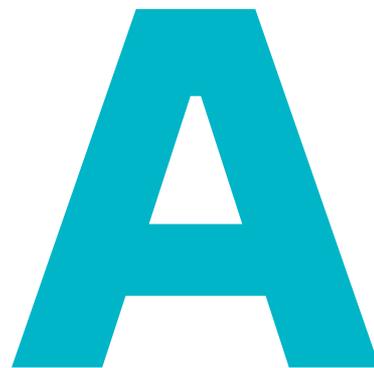




3

Paulo Luchinko

AS MISERICÓRDIAS E A EDUCAÇÃO



A primeira Santa Casa da Misericórdia, que foi criada em Lisboa, data de 1498 durante o reinado do Rei D. Manuel I e deve-se à Rainha D. Leonor, viúva de D. João II.

Mais tarde o movimento das Misericórdias foi-se estendendo a praticamente todo o território nacional e mesmo a outras regiões do mundo, onde se verificava a presença portuguesa, designadamente em África, no Brasil, em Macau e na Índia.

A criação e expansão destas instituições de carácter religioso teve objetivos bem definidos e a sua orientação remonta ao “Compromisso da Misericórdia de Lisboa”, composto por catorze obras de misericórdia, sendo sete delas espirituais – ensinar os simples, dar bons conselhos, corrigir os que erram, consolar os tristes, perdoar as ofensas, sofrer com paciência, orar pelos vivos e os mortos – e sete corporais – visitar os enfermos e os presos, vestir os nus, dar de comer aos famintos e de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e enterrar os mortos.

Com o tempo e com as mudanças substanciais que a vida sofreu, a realidade foi-se alterando e as Misericórdias foram-se adaptando e foram sobretudo encontrando respostas para os novos problemas que iam surgindo, ao mesmo tempo que foram abandonando algumas das áreas de atuação que tinham assumido num passado mais ou menos recente.

A educação é, no entanto, uma das áreas em que as Misericórdias têm man-

tido uma presença e uma intervenção continuada e de grande relevância no apoio às famílias, fazendo funcionar uma rede de instituições, designadamente ao nível das creches e dos jardins de infância, totalmente integrada na rede nacional destes dois níveis de educação e ensino.

Quando em 1996 se lançou um grande programa de expansão da educação pré-escolar, as Misericórdias, espalhadas por todo o país, desempenharam um papel essencial nesse programa, contribuindo de forma muito significativa para a concretização dos objetivos traçados inicialmente de colocar em jardins de infância a esmagadora maioria das crianças com idades compreendidas entre os três e os cinco anos de idade.

E as Misericórdias fizeram-no porque assumiram que era também da sua responsabilidade contribuir para o objetivo central de proporcionar às nossas crianças uma educação pré-escolar essencial na fase do processo de sociabilização e como antecâmara da entrada na escola e no processo de ensino/aprendizagem.

Foi, aliás, uma negociação particularmente interessante a que teve lugar entre o Estado e as instituições da sociedade civil, em que ficou claro que é possível e exequível criar um sistema nacional, como é hoje a oferta de educação pré-escolar, composto por instituições públicas e privadas, sendo estas mutualidades, cooperativas ou instituições de caráter social como são as Misericórdias e as diferentes IPSS.

O envolvimento das Misericórdias tem sempre uma natureza específica dada a natureza destas instituições. A sua ação visa sempre apoiar os mais desfavorecidos e, portanto, todos aqueles que dispõem de menores recursos económicos ou que, por qualquer motivo, estão em “estado de necessidade”.

No momento atual, as Misericórdias espalhadas pelo país têm em funcionamento cerca de 224 estabelecimentos de educação pré-escolar geridos por 167

Santas Casas e frequentados por cerca de 13 mil crianças, com idades compreendidas entre os três e os cinco anos de idade.

Trata-se de um contributo muito relevante para se assegurar a desejável cobertura a 100% de todas as crianças em idade de frequentar um jardim de infância.

Esta cobertura constitui, aliás, um dos grandes objetivos a ser alcançado pelo país, tendo em vista a integração plena de todas as crianças nesta fase da sua formação e na importante etapa de socialização das crianças e da sua preparação para a entrada na escolaridade obrigatória.

Em relação à escolaridade obrigatória importa referir, no entanto, que o seu alargamento à educação pré-escolar não pode constituir uma forma de se adular a identidade e os objetivos que são característicos da ação desenvolvida pelas instituições que acolhem as crianças entre os três e os cinco anos de idade.

Na educação pré-escolar os objetivos estão relacionados em particular com a sociabilização das crianças e com a sua integração e relação com os outros, numa perspetiva de abertura ao mundo e de aquisição dos valores que pensadores como Robert Fulghum consideram como sendo os fundamentais para “saber ser e saber estar”. Este autor escreveu, aliás, um livro em 1986 cujo título é suficientemente elucidativo para se perceber a relevância de que se reveste a educação pré-escolar: “*All I Really Need to Know I Learned in the Kindergarten*”^{*}.

Em relação a este aspeto específico da defesa da identidade da educação pré-escolar, as Misericórdias estarão certamente em posição privilegiada para não se correr o risco da sua contaminação por quaisquer objetivos de transformar os jardins de infância em “escolas precoces”, onde se pretende ensinar as crianças a ler e escrever.

É risco que penso não se correr nestas instituições. Sinto mesmo que, nesta

nova fase de desenvolvimento da educação das crianças, as Misericórdias vão desempenhar um papel crucial tanto na cobertura do país com instituições capazes de acolher as crianças dos três aos cinco anos, como também na inovação ao nível das atividades desenvolvidas nos diferentes jardins de infância.

É muito importante que os jardins de infância tenham projetos diversificados que estejam devidamente enquadrados com as necessidades e as expectativas das comunidades em que estão inseridos. Neste aspeto, as Misericórdias, como instituições, têm uma situação privilegiada porque conhecem como poucas as características das comunidades que servem e a que se dedicam ao longo de muitas décadas.

Neste texto não vou abordar a ação que as Misericórdias têm vindo a desenvolver nos outros níveis educativos, mas importa que, embora sem grande detalhe, se refira o papel que representam no apoio às crianças e aos adolescentes que frequentam tanto as escolas do ensino básico como do ensino secundário.

E esse apoio é ainda mais relevante porque se dirige a famílias carenciadas e desprotegidas, com evidentes problemas de pobreza e de subsistência e onde a frequência da escola não é considerada com uma prioridade.

O papel das Misericórdias deve, aliás, ser considerado como estratégico para o desenvolvimento de uma cultura que encare a educação como um dos “elevadores sociais” mais poderosos de que dispomos para combater as desigualdades e para promover aqueles que, pelo seu mérito e o seu esforço, querem e merecem ascender na “escala social”.

Portugal precisa de empreender um grande esforço para fazer funcionar este elevador social e as Misericórdias, pela sua natureza, são instituições que importa acarinhar e apoiar, tendo em vista o cumprimento das atividades a que se propõem e que fazem parte do seu ADN.

^{*}Tradução livre: Tudo o que eu realmente preciso de saber aprendi no jardim de infância

CORRIGIR **OS QUE ERRAM**

TEXTO

JOSÉ MIGUEL JÚDICE

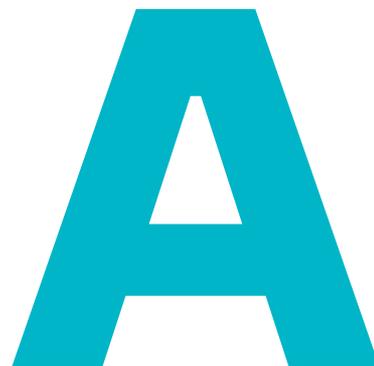
Professor universitário convidado na School of Law da Universidade Nova de Lisboa, árbitro internacional, membro de listas de árbitros em quatro continentes, entre as quais da ICSID (Banco Mundial) e da Corte Permanente de Arbitragem (Haia), membro do Conselho do ICC World Institute of Business Law. Foi advogado, bastonário da Ordem dos Advogados e presidente da sua Comissão de Direitos Humanos e membro do Conselho Superior da Magistratura.





Paulo Buchinho

MANDAMENTO DE ACEITAÇÃO DO OUTRO



A primeira coisa que salta à vista é que a obra de misericórdia “corrigir os que erram” é considerada espiritual e não corporal.

Se nos lembrarmos dos tempos em que se começou a organizar o que se poderia chamar de o “elenco” ou a “lista” de obras de misericórdia, mais admiração se deve ter por este mandamento que ainda hoje rege as Misericórdias por todo o lado.

Esses eram tempos de castigos corporais no tecido social e na cultura largamente dominante. O simples facto de arrumar esta obra no grupo das espirituais tem um valor muito elevado, pois se teologicamente apenas revela que o Cristianismo se mantinha como religião de Amor, sociologicamente afirma-se como expressão de uma recusa de tempos de abusos.

Não desconheço que, numa leitura direta, a arrumação das obras deve ser lida como dirigida a quem pratica a misericórdia e não a quem vai beneficiar dela.

Realmente, desde os tempos de Cristo que se afirma – e isso é também em si mesmo uma rutura civilizacional – que serão “bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia” (Mateus 5:7).

E por isso praticar a misericórdia era também feito como penitência e não apenas como caridade, sendo este um caminho para obter a “graça Divina” sem a qual não se poderia atingir a santidade.

Mas, sendo isso correto, a leitura implícita que proponho à reflexão conjunta é pelo menos tão verdadeira como a outra. E surge reforçada se usarmos a comum definição desta obra de misericórdia (“advertir os pecadores”), o que reforça a admiração.

É que esses eram também tempos de intolerância para com os que se afastavam de ortodoxia, de guerras entre religiões e entre versões diversas da mesma religião. Quem saísse da ortodoxia era pelo menos “herege” ou “apóstata”. E esta intolerância é infelizmente de todos os tempos, como se revela agora com os movimentos como o “woke”, que se perfilam como uma nova Inquisição.

Nesse ambiente social, considerar que os pecadores devem ser advertidos e não punidos “é obra”, como se diria em linguagem coloquial. Sobretudo a obra de misericórdia de que tratamos resulta muito merecedora de encômios, tendo presente a doutrina moral então dominante, e que sobrevive na “jihad” islâmica, segundo a qual perseguir, punir e matar os “infieis” assegura a salvação eterna pelo acesso ao Paraíso Celeste.

Por isso, nos tempos modernos esta obra de misericórdia deve ser entendida como expressão de um mandamento de aceitação do outro, da sua especificidade e do seu direito a ver reconhecida na “Civitas” a sua essência e com ela a sua diferença.

Este é por isso também um mandamento de tolerância – palavra que uso com consciência de que se trata de um conceito com elevado grau de equívoco.

Realmente a tolerância – que afinal está bem presente nesta obra de misericórdia – ainda pressupõe que existe uma regra paradigmática, e que por isso será indiscutivelmente correta ou mesmo de origem divina. Ou seja, quando se tolera afirma-se uma verdade perante a dissensão, uma superioridade e uma norma de que o tolerado se afastou ou a que é estranho.

Isso é verdade; e realmente melhor talvez seria que se afirmasse o mandamento da liberdade, que no seu sentido moderno começou a formar-se no tempo do Iluminismo, o qual pressupõe ontologicamente o relativismo e a recusa da ideia de um paradigma teológico absoluto.

Só que, em minha opinião, não é bem assim que as coisas ocorrem no complexo mundo real. A liberdade e a existência indiscutida da diferença são o resultado à chegada de um esforço que não está impresso (pelo menos ainda) na natureza humana.

E sendo assim, nunca chegaremos à aceitação do outro, sem passarmos pelo caminho das pedras que nos vai diminu-

indo gradualmente o proselitismo, o que torna essencial que tenhamos a tolerância embutida na nossa alma.

E, aliás, há mais do que isso. O sonho (ou será pesadelo?) de um mundo em que cada um de nós aceita tudo porque nada tem de seu, porque não tem valores próprios que forjem a sua identidade não é a admissão do outro como diferente, mas a recusa de qualquer outro ao afinal se lhe negar a sua própria e diferente especificidade.

E nisto reside a atualidade do lema “corrigir os que erram”. É que em qualquer sociedade ou grupo humano há sempre valores que para o grupo podem ser e são violados. Toda a ciência da pedagogia, todo o ensino, todo o debate de ideias se baseia nessa regra de experiência. O direito/dever de corrigir o que erra, se for feito como “advertência” ao “pecador”, ou seja, com tolerância, bondade, serena persuasão, é uma bem-aventurança.

E é assim porque no mundo dos homens campeia a intolerância, considera-se o estranho como inimigo, “hostes” no latim, e estes passos na direção certa são como “o Deus das pequenas coisas”.

Em conclusão, devemos ser capazes de assumir os nossos valores, afirmá-los e corrigir com serena paz os que em nossa opinião erram, mas ao mesmo tempo aceitar com tolerância a divergência e com Pascal dizer que por vezes as “verdades aquém dos Pireneus” são “erros além”. E, no caminho, cresceremos em hominidade e sabedoria, na aceitação natural do outro, do diverso, da convivência entre diferenças sem o que morre a civilização.

OBRAS ESPIRITUAIS

CONSOLAR OS TRISTES

TEXTO

MARIA DO CÉU MACHADO

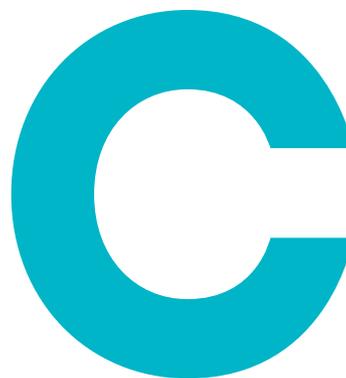
Professora catedrática jubilada da Faculdade de Medicina de Lisboa, presidente do Conselho Disciplinar Sul da Ordem dos Médicos e European Reference Networks Assessor. Foi membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, presidente do Infarmed, vice-presidente do Conselho Nacional de Saúde, vice-presidente da Academia de Medicina, vice-presidente da Federation of European Academies of Medicine, alta-comissária para a Saúde, diretora clínica do Centro Hospitalar Lisboa Norte e Hospital Fernando Fonseca, diretora dos departamentos de Pediatria do Hospital Santa Maria e Hospital Fernando Fonseca. Agraciada como Grande Oficial da Ordem de Mérito, Medalha de Ouro do Ministério da Saúde, Prémio Carreira da Sociedade Portuguesa de Pediatria e Medalha de Mérito da Ordem dos Médicos.





Paulo Buchinho

OUVIR E COMPREENDER O OUTRO



Consolar os tristes é uma das obras espirituais de misericórdia, criadas há cinco séculos, com base no preceito cristão da caridade, expresso em 14 obras de bem-fazer, sete corporais e sete espirituais.

Ao longo dos séculos, as Misericórdias cumpriram sempre de forma exemplar a sua missão de apoio e assistência, inseridas nas comunidades locais e adaptando-se de forma inovadora à evolução da sociedade, com um olhar e uma atitude que não distingue cidadãos pela raça, cultura ou linguagem. Em 1976, organizaram-se na União das Misericórdias Portuguesas.

São um exemplo de cidadania, pois a sua criação e manutenção têm sido, em parte, através dos cidadãos. Fora das grandes cidades é comum a doação de património, terras, casas ou quantitativo em dinheiro para a Misericórdia local. Ou porque o cidadão ou a família lá recorreram e estão agradecidos, ou simplesmente porque reconhecem que, ao fazê-lo, estão a fazer bem aos seus cidadãos.

No século XV existe já a perceção de que tão importante como dar de comer, de beber ou tratar os doentes (obras corporais) é ensinar os ignorantes, corrigir os que erram e consolar os tristes (obras espirituais).

Esta obra espiritual, consolar os tristes, merece uma reflexão pelo ato em si, pela dimensão que a tristeza e a depressão assumiram com a pandemia de Covid-19 e pelas consequências na saúde e no bem-estar de todos e de cada um de nós.

Há evidência científica de que a saúde está aliada ao bem-estar e é uma das suas dimensões. O bem-estar é um estado dinâmico que exige uma compreensão multidimensional e tem duas perspectivas: uma objetiva e outra subjetiva. As dimensões incluem a material (emprego, casa e ambiente), a saúde e a segurança, a educação, a estrutura familiar e os comportamentos de risco (OCDE 2009).

Para cumprir este potencial, são essenciais recursos internos e externos que potenciam as capacidades individuais e combinam fatores de suporte (família, trabalho) com os de capacitação (valorização na comunidade) e de ligação (modelos e pares) para a aquisição de competências sociais (planeamento, decisão e resiliência), autoestima e visão otimista do futuro (Morgan A., 2014).

E todos os que cuidam de pessoas saudáveis ou portadoras de doença têm responsabilidade na aquisição destas competências e devem-no fazer de forma compreensiva, próxima e oportuna, atentos às necessidades físicas, mas também às emocionais.

Esta é também a missão das Misericórdias, que no século XX instalavam e mantinham hospitais e outros equipamentos de promoção e ação social e no século XXI se tornaram unidades de cuidados continuados ou estruturas de apoio a idosos, em parceria com a Saúde e a Segurança Social, verdadeiramente o terceiro setor dos cuidados.

São essencialmente os idosos que perderam meses de vida nesta pandemia,

confusos, sem perceber o que estava a acontecer e achando-se abandonados pelos filhos e netos, sem visitas, que se sentem tristes, deprimidos, mortos antes de o estar.

A sua tristeza patente nas reportagens, nas notícias, juntamente com o medo de ser infetado e de morrer, esteve bem presente em todos nós, receosos entre consolar, abraçar ou colocar em risco.

Precisamos de consolo de pessoas amigas para as nossas contradições e, sob o ponto de vista canónico, as Escrituras mostram-nos Deus sempre a consolar o seu povo em tantos lugares e ocasiões.

A nossa sensação de perda e culpa pela ausência na vida dos nossos idosos, a sensação de perda que eles experienciaram, a tristeza que sentiram foi colmatada pela dedicação de tantos profissionais de instituições como as Misericórdias, com risco da própria vida.

E a pandemia de Covid-19 foi bem o espelho da tristeza associada a uma vivência negativa, gerando falta de autoestima, medo, desilusão, cansaço, depressão em todos, nas crianças, nos adolescentes e mesmo nos adultos saudáveis.

A pandemia foi promotora de sensibilidade para o sofrimento do outro? Empenhados em tratar, consolar e ajudar o outro no início, rapidamente nos tornámos indiferentes à dor alheia, nos centralizámos nos nossos problemas, com o trabalho e o estilo de vida moderno a convidar a olhar mais para o telemóvel do que para quem nos rodeia e que nos impede de ouvir e compreender.

Mais tarde, sentimos fadiga de compaixão, já sem força anímica para os outros e para nós. No entanto, as tecnologias foram e são uma ferramenta de acesso, de proximidade, única, impen-sável, profissional, pessoal e familiar. Não

nos abraçamos, mas vemo-nos, sorrimos e rimos.

Numa disciplina a que chamámos Medicina Narrativa, estimulámos os alunos a passarem quatro horas na urgência noturna, a estarem atentos ao sofrimento humano e não à patologia e a escrever sobre a experiência, pois a escrita compreensiva torna o doente visível como pessoa e a empatia potencia a capacidade de sentir o sofrimento. Transcrevem-se dois excertos dessa escrita:

“...percebi que o sofrimento é experienciado pelas pessoas e não pelos corpos ao contrário das doenças.”

“... a médica falava num tom abrasivo e impaciente, demonstrando uma atitude superior. Quando os doentes começavam a sua narrativa, interrompia-os constantemente e fazia uma série rápida de perguntas dirigidas, impedindo o doente de falar...”

E impedindo o médico de ouvir, acrescentamos nós.

Os que cuidam de pessoas necessitam de maiores capacidades e aptidões, pois é-lhes pedida a compreensão da pessoa saudável e da pessoa doente, no contexto complexo de características pessoais, sociais e ambientais.

Como refere João Lobo Antunes em *Ouvir com Outros Olhos* (Gradiva, 2015):

“... não se descobriu ainda a forma de aliviar o sofrimento sem empatia ou compaixão, a profissão ... aprende-se ... por modelos, que se definem por qualidades que incluem compaixão, sentido de humor, integridade, aptidões como a capacidade de explicar, com clareza e de forma não intimidante, assuntos complexos...”

E então, sim, saberemos consolar os tristes.

OBRAS ESPIRITUAIS

PERDOAR AS INJÚRIAS

TEXTO

JOSÉ MANUEL FERNANDES

Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática pela Universidade do Minho, é deputado ao Parlamento Europeu desde 2009, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos, membro da Comissão de Controlo Orçamental e membro suplente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. É presidente da delegação para as relações da União Europeia (UE) com a República Federativa do Brasil e representou o PPE nas negociações do Novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e dos recursos próprios da UE. É autor de várias publicações sobre fundos e programas europeus e é também o coordenador, editor e coautor do livro “A Economia Social em Portugal – Necessidades, perspetivas e fontes de financiamento”.





Paulo Buchinho

O PERDÃO: VIA E GRAFIA DA CONTEMPORANEIDADE



“L’Humanité est devenue légitimement difficile.” A frase com que Teilhard de Chardin cunha o seu Hino ao Universo traduz bem os dias de hoje. O mundo ocidental já não vive o ambiente apocalítico das grandes guerras. Ainda desfruta a prosperidade da *pax* americana e do projeto europeu. E, contudo, a história move-se.

Como a bonança depois das tempestades, o pós-guerra diminuiu clivagens económicas, sociais e culturais, acelerou a globalização, promoveu o crescimento e trouxe consigo as liberdades. Por breves décadas numa constante milenar, as migrações abrandaram, os serviços públicos universalizaram-se. Para muitos, as teses de Fukuyama e Tofler vingariam, o futuro seria eterno.

No entanto, setenta anos volvidos, o Ocidente é agora vítima do seu próprio sucesso. No perímetro de sociedades cada vez mais ricas e heterogéneas, mas assoladas por sucessivas crises financeiras, migratórias, ambientais e sanitárias, jazem novos pobres, migrantes, perdidos e excluídos. À aparente falta de vias para um porvir mais próspero e coeso, os populistas fazem promessas vãs de regresso ao passado. E a democracia – o regime da igualdade pela liberdade (Tocqueville) – ameaça tornar-se num instrumento de exclusão.

Desde há séculos a esta parte, a missão das Misericórdias provém e tem sido desenvolvida neste e para este quadro de risco: o risco da fratura e da exclusão. Este é hoje, uma vez mais, um contexto

*Tradução livre: A humanidade tornou-se legitimamente difícil

propício à vocação dos milhares de profissionais e voluntários das Santas Casas e do setor social em Portugal, na Europa e no mundo. Este é um desafio ao corpo e à alma de todos os cidadãos chamados, por Deus e pelos pares, a agir *urbi et orbi*. Este é o momento para *aggiornar* e praticar as 14 obras de misericórdia, de forma reforçada e renovada, para servir, para dar e perdoar.

No ano Jubilar da Misericórdia, em 2015, o Papa Francisco lembrou o Sermão da Montanha: “Redescubramos as obras de misericórdia corporal: dar de comer aos famintos, dar de beber aos sedentos, vestir os nus, acolher os peregrinos, dar assistência aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos. E não esqueçamos as obras de misericórdia espiritual: aconselhar os indecisos, ensinar os ignorantes, admoestar os pecadores, consolar os aflitos, perdoar as ofensas, suportar com paciência as pessoas molestas, rezar a Deus pelos vivos e defuntos.”

A obra espiritual do perdão é a pedra angular das demais. Na Bula *Misericordiae Vultus*, Francisco não teve dúvidas em aludir ao perdão das ofensas como ponto cardeal das outras obras, isto é, como “a expressão mais evidente do amor misericordioso e (...) um imperativo de que não podemos prescindir”. Recordando que, “perante a gravidade do pecado, Deus responde com a plenitude do perdão”, Francisco alertou-nos para a importância hodierna de redenção: da nossa e da dos outros, da nossa nos outros.

A mensagem do Papa, seja sobre a importância presente das obras de misericórdia, seja acerca da essencialidade da remissão das ofensas, é plena de sentido e de atualidade. Desde logo, porque, em sociedades mais complexas e atomizadas, abunda o individualismo e escasseia o contexto necessário à ação e, em particular, ao perdão. O perdão pede um tempo – um *kronos* e um *kairós* – e pede um espaço – ou seja, proximidade. Nos nossos dias, reinventar esta obra espiritual representa, antes de mais, um reen-

contro com a nossa humanidade e com a dificuldade legítima a que alude Charadin: a dificuldade legítima de encontrar um tempo e um espaço com sentido, afinal, a dificuldade legítima de encontrar um caminho para o outro e redimi-lo, aproximá-lo.

Mas porque é urgente reinventar o perdão? Porque há que reinventar a prática desta obra? Porque o perdão dá sentido ao presente, mas, mais do que isso, prepara o futuro. Ele está na gênese dos étimos – e dos motivos – que hoje nos são caros.

Assim, perdoar consiste, antes de mais, numa condição para recuperar. O Papa Francisco recorda: “Tantas vezes, como parece difícil perdoar! E, no entanto, o perdão é o instrumento colocado nas nossas frágeis mãos para alcançar a serenidade do coração. Deixar de lado o ressentimento, a raiva, a violência e a vingança são condições necessárias para se viver feliz.” Ninguém é feliz se não absolver os seus pecados e os pecados dos outros. O perdão é, nesse sentido, um pressuposto de uma alma recuperada, revigorada, ressuscitada.

O perdão como condição para a recuperação vale, aliás, no micro e no macro. Vale para todos nós, enquanto seres naturalmente políticos e sociais, e, sobretudo, enquanto filhos de Deus. Mas vale ainda para as nossas sociedades. Ultrapassada a fase crítica da pandemia provocada pela Covid-19, o caminho – o sentido, o tempo e o espaço – não é o da perseguição dos responsáveis, nem o do julgamento dos culpados. O caminho é o do perdão, o da conclusão pacífica, para seguir em frente, para recuperar. O prefixo *per-* aponta justamente para uma dívida conclusa, finita. Perdoar é, pois, dar definitivamente. É servir sem meio termo. É entregar só. É dar apenas.

O perdão é, por outro lado, uma prova de resiliência. A uma sociedade tantas vezes frugal e cansada, que, como Pedro, pergunta quantas mais vezes tem de perdoar, Jesus responde perentoriamente: “Não te digo até sete vezes, mas até se-

tenta vezes sete” (Mateus 18, 22). Sete e setenta, números bíblicos perfeitos, são, claro, uma alegoria para a ideia de que se deve perdoar sempre. O próprio cálculo de multiplicação está bem vivo no Evangelho, quer com a multiplicação do pão, quer com a multiplicação do perdão. Enquanto prova de resiliência, o perdão aproxima-nos da prosperidade.

Last, but not least, sem perdão não há coesão. A sociedade não pode dividir-se entre perdedores e ganhadores das crises: tanto mais que elas só provam o quanto cada um de nós interdepende dos demais. Nem pode dividir-se entre os de dentro e os de fora: porque os muros caem e a história flui como vento – *pneuma* – que não se pode parar com as mãos. Citando a parábola do bom samaritano, Bento XVI recorda que, na beira da estrada, na beira da história, não jaz apenas o pobre, o migrante e o excluído, mas uma humanidade inteira pedindo ajuda a si mesma. A indulgência do perdão consiste, portanto, em fazer daquele outro, o próximo, em entornarmo-nos, como o sangue de Cristo em comunhão, uns nos outros, uns pelos outros, como um só.

Naquela estrada, e na história, as Misericórdias são o veículo – o bom samaritano – da obra espiritual do perdão. “Vede como eles se amam” – admiravam-se os romanos, a propósito dos cristãos antigos. O amor cristão, esse amor que vem de Deus – e que é Deus (João 4, 8) –, é o amor que perdoa. Hoje, esse é ainda o amor que recebemos das Misericórdias e das suas obras.

Em suma, a diversidade e a complexidade contemporâneas carecem de uma dialética pentecostal: em que todos têm as suas línguas, os seus lugares, mas em que todos se entendem e encontram. E esta dialética assenta na gramática do perdão: do perdão como condição, prova e caminho, como recuperação, resiliência e coesão, como socialidade, solidariedade e sustentabilidade. O perdão é, enfim, a via e a grafia do Pentecostes no mundo globalizado.

SUPORTAR COM PACIÊNCIA AS FRAQUEZAS DO PRÓXIMO

TEXTO

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

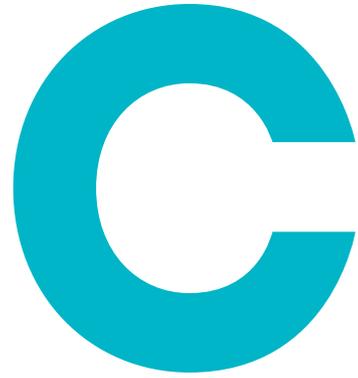
Nasceu em 1952, em Lisboa. É administrador executivo da Fundação Calouste Gulbenkian e presidente do Grande Conselho do Centro Nacional de Cultura. Licenciado e mestre em Direito. Professor universitário convidado. Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Lusíada, Universidade Aberta e Universidade de Lisboa. Foi presidente do Tribunal de Contas, secretário de Estado da Administração Educativa, ministro da Educação, ministro da Presidência e ministro das Finanças. Foi presidente da SEDES e vice-presidente da Comissão Nacional da UNESCO. Foi presidente da Comissão do Conselho da Europa que elaborou a Convenção de Faro sobre o valor do património cultural na sociedade contemporânea. Foi presidente da Organização das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da Europa e presidente do Conselho de Prevenção da Corrupção. Coordenador nacional do Ano Europeu do Património Cultural 2018 e presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos.





paulo buchinho

DEVERES DE MISERICÓRDIA



Como suportar com paciência as fraquezas do próximo? Num tempo de indiferença e de vazio de valores, em que o abismo da violência atrai a violência, o tema das obras de misericórdia assume uma importância renovada. Misericórdia refere-se ao “coração compadecido”, etimologicamente – *miseratio, miserationis*, significa em latim piedade ou compaixão e *cor, cordis*, coração. Estamos no cerne da compreensão de que os valores éticos apenas ganham sentido quando são encarados na relação concreta com os outros. Falar do bem, do belo, do bom, do justo e do verdadeiro apenas pode ser entendido a partir da experiência e do exemplo. As parábolas do bom samaritano ou do filho pródigo mostram como o amor (*ágape*) não obedece a uma receita ou a um modelo, mas à possibilidade de termos resposta para o imprevisível das situações inusitadas. Esse “coração compadecido” leva-nos a uma caminhada árdua de compreensão dos outros e das diferenças, como essenciais na relação humana.

Em tempo de profundas mudanças na sociedade global, bem evidenciadas nas crises que temos vivido (financeira ou pandêmica), a noção de misericórdia conduz-nos à ideia de sobriedade, isto é, à adequação entre meios e necessidades, entre justiça e eficiência. Mais do que discursos, precisamos de atos concretos. Mais do que assistencialismo, precisamos de responsabilidade social e de distribu-

ição justa e equitativa dos recursos. Mais do que proselitismo, precisamos de coerência entre palavras e atos. Daí a necessidade, numa sociedade imperfeita por natureza, de valorizar a justiça e a paz, enquanto serviço do bem comum. Ora, a paciência tem de ser vista não como indiferença, mas como desejo genuíno de compreensão. O Papa Francisco diz-nos que “ninguém pode ser excluído da misericórdia de Deus” e a Igreja “é uma casa que acolhe todos e não recusa ninguém”. “As suas portas estão escancaradas para que todos os que são tocados pela graça possam encontrar a certeza do perdão. Quanto maior é o pecado, maior deve ser o amor que a Igreja manifesta aos que se convertem.” As fraquezas dos outros obrigam, assim, a uma partilha de responsabilidades.

Estamos perante a difícil compreensão e aceitação de quem cai e volta a levantar-se, para prosseguir o seu caminho. A verdade é que ninguém pode estar fora desta responsabilidade e desta natural exigência. Todos somos fracos, todos erramos, todos caímos, todos somos chamados a caminhar na dificuldade e no risco. Todos somos chamados a pôr as mãos no barro. E que método se aplica à misericórdia? Não o da certeza, mas o da compreensão, do respeito e do amor. “A Igreja condena o pecado, porque tem de dizer a verdade (...). Mas ao mesmo tempo abraça o pecador que se reconhece como tal, aproxima-se e fala com ele sobre a misericórdia infinita de Deus. Jesus até perdoou aqueles que o puseram na cruz e o desprezaram. Temos de voltar ao Evangelho.”

A atualidade das obras de misericórdia relaciona-se com a necessidade de compreendermos que não estamos só – precisamos dos outros, que são a outra metade de nós mesmos. Precisamos de corresponder àquilo que o outro precisa de nós. Isso é a responsabilidade para com os outros. A dignidade da pessoa humana parte do entendimento de que

somos irmãos e de que a lei do amor ao próximo é a pedra de toque da vocação cristã. O bom samaritano foi o único que compreendeu quem era o seu próximo. Trata-se hoje de compreender que o desenvolvimento é o novo nome da paz e que o cuidado com os outros e com o bem comum, presente e futuro, é a expressão da lei do amor. Paul Ricoeur disse-nos que a solidariedade nos obriga perante os nossos sócios e que o amor nos obriga diante dos nossos próximos. Como poderemos esquecer que é Cristo quem nos interpela quando somos chamados a compreender a fragilidade do outro, que é contrapartida da nossa, bem como quando somos chamados a dar de comer a quem tem fome, a dar de beber a quem tem sede, a vestir os nus e necessitados, a assistir os doentes, a dar pouxada aos peregrinos, aos refugiados e aos pobres, a visitar os presos ou a enterrar os mortos? É um dever de justiça que somos chamados a realizar.

A fraqueza como a pobreza são formas de exclusão – como o isolamento dos idosos, que podem ter recursos materiais, e a discriminação social de imigrantes ou deficientes. Se referi as obras de misericórdia corporais ou materiais, não devo esquecer as espirituais – que assentam na atenção e no cuidado. Em linguagem de hoje, teremos de falar: do dever de educar, de dar bom conselho, de corrigir positivamente os que erram, de consolar os que sofrem, de perdoar os que nos ofendem, de ser pacientes perante as injúrias e de rezar a Deus pelos vivos e pelos mortos. E há uma convergência natural com as obras materiais, uma vez que se trata do dever de recusar a indiferença, do mesmo modo que o exemplo é o melhor modo de indicar o caminho da justiça e da paz. Não podemos cruzar os braços, como se as soluções fossem apenas obrigação de outros. Não podemos recusar a nossa quota-parte na defesa dos outros e do bem comum. Por isso, o Estado social tem de representar

a sociedade e os cidadãos, devendo o serviço público corresponder a uma rede de iniciativas de cidadãos criadores e participantes. Eis porque as obras de misericórdia hoje têm de ligar a entrega e a generosidade pessoais e a responsabilidade social e cívica – não numa lógica de mera assistência, mas numa perspetiva de justiça.

Como tem insistido o Papa Francisco, temos de nos assumir na nossa pequenez, na nossa própria fraqueza, e no facto de não podermos considerar-nos satisfeitos pela nossa relação com os outros e com o mundo. Quem não tiver falta ou pecado que atire a primeira pedra! Temos de perguntar: quem é e onde está o nosso próximo? E se ele é próximo e pede a nossa presença e a nossa ajuda, a verdade é que as fragilidades (a começar nas nossas) não podem ser esquecidas. Falar de misericórdia é, pois, relacionar a humanidade com as nossas responsabilidades. Um “coração compassivo” não pode limitar-se a fazer o discurso de valores abstratos e desenraizados. Não pode haver dois pesos e duas medidas: não posso apontar o pequeno argueiro nos olhos do outro enquanto não vejo a trave que tapa a minha vista. O mesmo se diga relativamente àquele que se lamenta pela falta de segurança ou pela pouca qualidade dos serviços na sua cidade e simultaneamente não participa na vida em comum nem paga os seus impostos, enganando o Estado e reduzindo os meios para a defesa da comunidade. A solidariedade, a atenção, o cuidado para com os outros e a caridade são caminhos que têm de ser trilhados no sentido do desenvolvimento, da justiça distributiva, da coesão social, da confiança e da redução das desigualdades. O “dever de misericórdia” obriga a distinguir o trigo do joio – de modo que, ao lado da “ética da convicção”, nasça a “ética da responsabilidade”, fator enriquecedor da realidade que nos cerca, em nome da dignidade da pessoa humana.

REZAR A DEUS POR VIVOS E DEFUNTOS

TEXTO

LINO MAIA

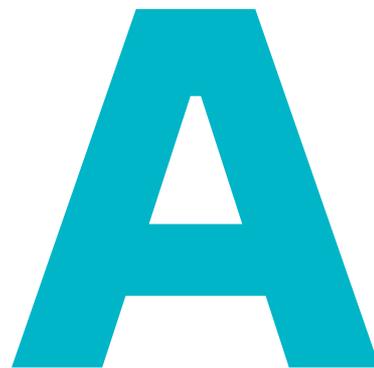
Natural de Vila do Conde. Ordenado padre em 1973, desempenhou as funções de responsável pela paróquia de Aldoar na diocese do Porto e assistente eclesialístico da Obra Diocesana de Promoção Social. Atualmente assume a função de presidente da Confederação Nacional das Instituições Sociais (CNIS), a principal organização representativa das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) em Portugal. Foi condecorado com a Ordem do Mérito (Grande-Oficial).





paula buchinho

ALTERNÂNCIA ENTRE SOLIDÃO E SOLIDARIEDADE



A lista das obras de misericórdia espirituais culmina com a oração: rezar a Deus por vivos e defuntos.

Tal como o amor, a oração também é uma obra, um trabalho. Rezar é uma ação laboriosa.

Aqui, a oração é intercessão: rezar pelos outros. Na oração de intercessão, o ser humano manifesta a ligação indissolúvel entre a relação com Deus e a responsabilidade pelos outros, a confissão da fé e o empenho histórico, o amor a Deus e a solidariedade para com os irmãos. Assim como nós vivemos com e pelos outros, também rezamos com e pelos outros.

Etimologicamente, interceder significa “dar um passo entre” (‘inter-cedere’), “interpor-se”, colocar-se entre duas partes para tentar construir uma ponte, uma comunicação entre elas.

É uma posição “crucial”. É a posição de Jesus Cristo na cruz, quando o seu estar entre o céu e a terra, de braços estendidos para levar a Deus todos os seres humanos, se torna revelação do resultado último da intercessão: o dar a vida pelos pecadores,

por parte daquele que é santo; o “morrer” pelos injustos, por parte daquele que é justo. E o Ressuscitado continua a interceder pelos seres humanos (cf. Hebreus 7, 25; Romanos 8, 34).

Na intercessão não pedimos a Deus que se lembre de alguém, mas, “diante d’Ele” recordamos, nós próprios, outras pessoas para que a nossa relação com elas seja iluminada pela palavra de Deus. Enquanto invocamos o perdão ou a ajuda de Deus para quem deles necessita, empenhamo-nos concretamente e fazemos tudo o que está ao nosso alcance em favor dessas pessoas. Neste sentido, a intercessão é luta contra a amnésia que nos ameaça, purificação da nossa relação com os outros e entrega concreta em favor daqueles pelos quais se reza.

A intercessão coloca-nos na alternância entre solidão e solidariedade. Ora, se Jesus Cristo, no seu ministério histórico, rezou pelos seus discípulos, agora, também os discípulos são chamados a “rezar uns pelos outros” (Tiago 5, 16). Sujeito da oração no coração do discípulo e da comunidade cristã é o Espírito Santo, o Paráclito, que fala a língua de Deus e ensina o crente a rezar. Então, o cristão é convidado a interceder, a elevar súplicas e orações por todos. Graças à intercessão, a vontade de Deus e o amor universal que a anima tornam-se práxis quotidiana do crente, convertendo o seu coração.

Com efeito, a oração pelos outros nasce do amor e conduz ao amor, purificando o amor. Aliás, como seria possível chegar a amar os inimigos sem rezar por eles? Não foi por acaso que Jesus Cristo, depois de ter dito “Amai os vossos

inimigos” (Lucas 6, 27), acrescenta de imediato: “Rezai por aqueles que vos maltratam” (Lucas 6, 28). A oração infunde intencionalidade na nossa atuação e forma de relacionamento, tornando-se o seu fundamento espiritual.

Rezar a Deus pelos defuntos e com os defuntos

A Escritura também refere a oração dos vivos pelos mortos (cf. 2Macabeus 12, 41-45) e dos mortos pelos vivos (cf. 2Macabeus 15, 11-16).

A oração pelos defuntos é sustentada e tornada possível pela fé na ressurreição e torna-se um dever da comunidade crente, que também vive deste modo a sua solidariedade para com os irmãos defuntos. A fé na ressurreição é o resultado radical da aliança que Deus faz com os humanos e que fala de um amor divino que “vale mais do que a vida” (Salmo 63, 4) e impele-nos para além da vida.

A comunhão experimentada em vida não é desfeita pela morte, porque o crente encontra a sua vida “em Cristo”: aqueles que vivem os seus dias em Cristo ficam, portanto, em comunhão com aqueles que “morreram em Cristo” e entre eles estabelece-se uma misteriosa comunhão que também torna possível uma comunicação (cf. Apocalipse 7, 13-17). Aliás, o Batismo, que incorpora o indivíduo crente no acontecimento pascal e cria a comunhão daqueles que, na história, formam o Corpo de Cristo, representa uma morte simbólica para viver em Cristo e infunde a convicção de que a morte física não quebra a ligação do crente que, em Cristo, está unido à comunidade de fé.

A Igreja atesta, desde a Antiguidade, a possibilidade de uma oração pelos mortos, que se situa na “comunicação das linguagens”, que une, em Cristo, os vivos e os mortos. Assim, a liturgia da Igreja reza pelos defuntos, sobretudo nas anáforas eucarísticas. A Igreja reza por todos os seus membros, vivos ou mortos, e reza pelos que morreram em santidade e pelos que morreram em pecado: todos eles, com efeito, precisam da misericórdia de Deus, único poder de salvação.

Na oração pelos defuntos, a Igreja manifesta a sua qualidade de Corpo de Cristo e vive a solidariedade com todos os membros deste corpo, inclusive com aqueles que já faleceram. Ao rezar pelos mortos, a Igreja também reza com eles. Única, com efeito, é a liturgia da Igreja celeste e terrestre.

Rezando pelos mortos, a Igreja confessa o perdão dos pecados para todos: tanto para os vivos como para os mortos. Aliás, a salvação que Jesus Cristo veio trazer é para todos os seres humanos. Ao rezar pelos mortos, a Igreja insere-se no plano de salvação de Deus, que tem por fim o Reino, a ressurreição final e a vida eterna.

Eis então que as orações tradicionais pelos mortos invocam “paz”, “repouso eterno”, “refrigério”, “luz eterna”, e evocam imagens como “paraíso” e “Jerusalém celeste”.

Rezar pelos vivos e pelos mortos é lutar contra o inferno da não-relação que ameaça as nossas vidas e fazer reinar o amor que é ligação vital e salvífica, invocando o Deus misericordioso e compassivo.

Epílogo

Enquanto ideário programático, as 14 obras de misericórdia adaptam-se ao longo dos tempos. No século XXI, são diversas as possibilidades de vivência de cada uma das obras, sendo que o objetivo é sempre o mesmo: melhorar sempre e cada vez mais a nossa maneira de estar e viver em comunidade. A gestão desta nossa 'casa comum' depende de todos nós e por isso propomos um conjunto de conceitos que poderão traduzir-se numa carta de compromisso para todos.

Obras de misericórdia corporais

Dar de comer a quem tem fome

Produção alimentar sustentável. Distribuição ética dos bens de consumo. Comércio justo. Economia honesta. Consumo sem desperdício. Mais cooperação e menos competição.

Dar de beber a quem tem sede

Gestão equilibrada dos recursos hídricos. Defesa do meio ambiente. Consciência e ação ecológica. Acesso universal a água potável e saneamento básico.

Vestir os nus

Habitação condigna para todos. Combate à pobreza a vários níveis. Ajuda solidária e desinteressada. Fim da exploração de mão de obra barata. Consumo regrado de bens.

Dar pousada aos peregrinos

Acolhimento de todos na dignidade da pessoa humana. Acabar com o flagelo dos migrantes, refugiados e sem-abrigo. Melhorar a institucionalização de idosos e pessoas com deficiência.

Cuidar dos doentes

Reforçar os meios e a gestão do Serviço Nacional de Saúde. Investir na gestão partilhada e complementar dos serviços de saúde. Democratizar o acesso aos medicamentos. Reforçar a investigação científica.

Visitar os presos

Visitar e apoiar todos os que estão sós em casa. Ajudar os que estão prisioneiros de vícios e explorações indignas. Exercer na proximidade a cidadania da gratuidade.

Enterrar os mortos

Enterrar os procedimentos que destroem o planeta e as relações sociais. Combater os egoísmos, a ganância, o lucro sem ética e o enriquecimento ilícito. Enterrar os conflitos e as desigualdades entre nações.

Obras de misericórdia espirituais

Dar bons conselhos

Mudar o paradigma do relacionamento entre pessoas e povos. Ajudar e não impor. Estar próximo sem indiferença. Sugerir e não exigir. Valorizar o ser e o saber em detrimento do ter.

Ensinar os ignorantes

Aumentar os níveis de escolaridade. Investir na cultura e no conhecimento. Valorizar os meios de comunicação social em proximidade e verdade. Educar para os valores da solidariedade.

Corrigir os que erram

Aceitar o erro com tolerância. Privilegiar o acolhimento e o perdão. Aceitar a opinião diferente com normalidade e compreensão. Combater as aparências e as invejas. Valorizar o que é original, natural e sincero.

Consolar os tristes

Encontrar a felicidade nas pequenas coisas das relações pessoais, profissionais e sociais. Olhar para o outro de forma desinteressada e com verdadeiro afeto. Combater a solidão e o vazio.

Perdoar as injúrias

Aceitar com serenidade o que é diferente. Acolher com humildade a opinião oposta. Aceitar com normalidade as opções do contraditório. Respeitar diferentes culturas, promovendo políticas de coesão e comunhão.

Suportar com paciência as fraquezas do próximo

Promover relacionamentos verdadeiros. Mobilizar diferentes vontades para fins comuns. Humanizar o estilo de vida em comunidade. Acolher e não abandonar. Aceitar sem criticar.

Rezar a Deus por vivos e defuntos

Maior espiritualidade para enfrentar os desafios e promover a felicidade. Aceitar o ecumenismo de credos diferentes. Unir os destinos no sagrado e no conforto espiritual de cada vida. Ter uma atitude contemplativa sobre a beleza da vida, sobre a capacidade das pessoas e sobre o mérito dos comportamentos.

Ficha técnica

Produção: União das Misericórdias Portuguesas
Realização: Gabinete de Comunicação e Imagem
Coordenação e Edição: Bethania Pagin
Ilustrações: Paulo Buchinho
Design Gráfico: M&M Designers
Revisão: Sílvia Júlio
Impressão e acabamento: Grafisol
ISBN: 978-989-8375-27-8
Número da edição: 1ª edição
Depósito legal: 500501/22
Maio de 2022



